

Casamentos prematuros

Um fenómeno que tem estado a destruir vidas e sonhos de milhares de mulheres e raparigas, em particular. Para por o fim a este mal há necessidade de esforços conjugados de todos os actores sociais.

A Gender Links, como parte integral da sua missão, documentou histórias de vida de raparigas da província de Manica, como forma de ampliar as vozes e o clamor de muitas raparigas que foram e são afectadas por este fenómeno.

Com este documentário pretendemos trazer a nossa contribuição na luta contra esta prática nociva a nossa sociedade.

Acreditamos que esta é a única forma que nos levará a mudança de comportamento, usos e costumes culturais que contribuem para a promoção deste fenómeno.

COORDENAÇÃO:  **Diakonia**
People Change the World



APOIO:



CASAMENTOS
PREMATUROS

Título: Casamentos Prematuros

Prefácio: Esposa do Presidente da República, Dra. Isaura Nyusi

Nota Introdutória: Alice Banze, Directora Executiva da Gender Links

Condução de entrevistas: Alice Banze and Tomás Gimo

Revisão: Arménio Langa

Tradutor: Arménio Langa

Fotografia: Raúl Viegas e Tomás Gimo

Transcrição e Edição: MIZZFILMS

Layout e capa: MIZZFILMS

Impressão: ART PRINT – DURBAN

Tiragem: 1000 exemplares

Direitos Reservados: Gender Links

Patrocínio: Diakonia Programa Agir e Amplify Change com

Apoio da Embaixada da Suécia e Países Baixos

Propriedade: Gender Links

ÍNDICE

Agradecimentos.....	7
Solidariedade.....	8
Nota de apresentação.....	9
Prevenção e combate aos casamentos prematuros.....	10
Prefácio.....	12
Quadro Jurídico.....	14
Práticas sócio-culturais na origem de casamentos prematuros.....	15
Cubatira/uma prática nociva.....	16
A reserva uma vez feita não se desfaz.....	17
Massunguro: A principal causa de casamentos prematuros em mariondo.....	19
Forçada a casar por conta de uma violação sexual.....	21
Mariondo clama por uma escola secundária.....	23
Um exemplo a seguir.....	24
De promessa de casamento à mãe abandonada.....	26
Uma decisão despida de costumes salva Letwin Leonardo Secreta.....	27
LeMusica constrói o futuro de centenas de meninas.....	30
Casamentos prematuros preocupam a Save The Children.....	32
Há mudança de atitude no seio das comunidades.....	33
Combate aos casamentos prematuros: Primeira-Dama na linha da frente.....	34




CASAMENTOS PREMATUROS/GRAVIDEZES PRECOSES

A woman with dark hair, wearing a white t-shirt with a floral pattern and a patterned skirt, sits in front of a thatched hut. A young child is sitting next to her, looking towards the right. The scene is set outdoors with dry grass and a thatched roof visible in the background.

Solidariedade

A Gender Links quer através deste livro, prestar a sua solidariedade às raparigas e mulheres de Moçambique, que dia-a-dia passam por situações de violação dos seus direitos que culminam muitas vezes na violência baseada no género, HIV e SIDA e Casamentos Prematuros e ou Forçados, consequentemente, o não gozo de uma boa Saúde Sexual e reprodutiva. Estas Mulheres e raparigas são verdadeiras heroínas.

A group of women and children are sitting outdoors. One woman in the foreground is holding a child. They are all looking towards the camera. The background shows a simple outdoor setting with a thatched roof and some structures.



Agradecimentos

Agradecemos a nossa Mãe e conselheira, Sua Excelência Dra. Isaura Ferrão Nyusi, Esposa do Presidente da República de Moçambique, por todo o apoio e dedicação que têm prestado em prol da prevenção e combate aos Casamentos Prematuros em Moçambique;

Ao Ministério do Género, Criança e Acção Social e ao Ministério da Administração Estatal e Função Pública, pelo apoio e carinho prestado;

Aos Governos da Província de Manica, dos Distritos de Vandúzi, Bárue e Sussundenga, pelo apoio prestado em todos os momentos deste trabalho;

Ao Conselho Municipal da Cidade de Chimoio, pela abertura e apoio incansável no trabalho da integração do gênero no Governo Local;

As organizações parceiras: Save The Children, LeMusica e às comunidades de Mariondo, Munhinga e Barauro, por se terem juntando a esta iniciativa;

Às lideranças comunitárias e todos aqueles que mesmo de forma indireta contribuíram para a realização deste trabalho;

O nosso muito obrigado aos nossos financiadores: Embaixadas da Suécia, da Holanda, através do programa AGIR e DIAKONIA e ainda do Amplify Change.

Nota de apresentação



Com este livro pretendemos documentar histórias de vida de raparigas vítimas de Violação Sexual, Casamentos Prematuros e Gravidezes Precoces, um mal que contribui grandemente para o atraso do desenvolvimento da rapariga hoje, e mulher, mãe amanhã. Especificamente, o livro traz-nos algumas histórias de vida sobre a realidade ou experiências vividas nos distritos de Vanduzi, Sussundenga e Chimoio, na Província de Manica. A Gender Links Moçambique, é uma organização nacional filiada a Gender Links regional que trabalha na promoção de igualdade do género e justiça, em prol de uma região onde mulheres e homens participem de forma igual na vida pública e privada. No Desenvolvimento das suas actividades, a Gender Links guia-se através do protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento Pós 2015, um instrumento com 23 indicadores, subdivididos em 43 artigos. O protocolo é a junção de diferentes compromissos ratificados pelos países membros da SADC e, este cria mecanismos efectivos e prazos específicos para a sua implementação. Para que a igualdade de género se efective, a Gender Links têm estado a desenvolver várias actividades a nível do país, com destaque para promoção da Integração do Género na Governação Local, através do programa de Centros de Excelência desenvolvido em parceria, até então com 20 Municípios do País. O principal objectivo de Centros de excelência, é despertar no seio das lideranças locais e da própria mulher a importância da equidade de género, para o bem-estar das comunidades e do País no seu todo. A organização tem ainda o Programa de Género e Média – através do qual procura sensibilizar os órgãos de comunicação social a abraçar a causa, promovendo políticas internas, sensíveis a questão da equidade de género, incluindo nas suas actividades diárias, matérias que promovem a igualdade e equidade de Género. Por último, a Gender Links também olha para as questões de Género e Justiça, sendo a essência do programa a promoção do empoderamento da mulher e rapariga, através das seguintes actividades:

- Lobby e Advocacia à nível Central nomeadamente, o Parlamento, o Ministério de Género, Criança e Acção Social e o Ministério da Administração Estatal e Função Pública, para a criação, ratificação e cumprimento das leis, convenções internacionais e outros instrumentos que promovem o bem-estar da mulher e rapariga.
- Capacitação de mulheres vítimas de violência baseada no género, no conhecimento dos seus direitos para reinserção social, auto estima e, em matérias de empreendedorismo para o seu auto- sustento.
- Advocacia para a eliminação de casamentos prematuros e promoção de Direitos de Saúde Sexual e Reprodutiva, junto a diferentes parceiros, de entre os quais o Governo, lideranças comunitárias, religiosas, tradicionais e sociedade civil no geral.

Esperamos que as histórias inseridas neste livro sirvam de ensinamento para a nossa sociedade no seu todo, sobre a necessidade e a importância da protecção da rapariga.

Dra. Alice Banze,
Directora Executiva da Gender Links

Prevenção e Combate Aos Casamentos Prematuros e Protecção Da Criança

A criança representa 54% (14.322.409) da população moçambicana e constitui uma das prioridades do País. O compromisso com a protecção da criança está plasmado na Constituição da República que, de forma inequívoca, salvaguarda os seus direitos no seu artigo 47 e, de forma evidente, materializa a adopção de instrumentos que promovem e protegem os direitos da criança, com destaque para a aprovação da Lei da Família, das Leis Sobre Promoção e Protecção dos Direitos da Criança e sobre a Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas, especialmente da mulher e criança.

Moçambique ratificou a Convenção Sobre os Direitos da Criança, a Carta Africana Sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de entre outra legislação atinente aos direitos da criança.

Destaca-se igualmente, a implementação de acções, no âmbito do Programa Quinquenal do Governo e do Plano Nacional de Acção para a Criança (2013-2019), que resultam na melhoria do acesso das crianças aos seus direitos no âmbito da saúde, nutrição, educação, protecção e participação.

Apesar dos progressos alcançados na protecção da Criança, Moçambique continua a registar índices elevados de casamentos prematuros pois, de acordo com o Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) de 2011, 14% das mulheres entre os 20 e 24 anos de idade casaram antes dos 15 anos e 48% antes dos 18 anos de idade. Com efeito, Moçambique é considerado o décimo país com a prevalência mais elevada de casamentos prematuros a nível Global, 7º a nível de África e 2º a nível da África Austral depois do Malawi, sendo as Províncias do Centro e Norte do País as mais afectadas.

Legislação

A Lei da Família fixa a idade núbil em 18 anos. Contudo, a mesma Lei estabelece excepções ao definir que “a mulher ou homem com mais de dezasseis anos, a título excepcional, pode contrair casamento, quando ocorram circunstâncias de reconhecido interesse público e familiar e houver consentimento dos pais ou dos legais representantes”.

Acções em curso

Para prevenir o combate aos casamentos prematuros, várias acções estão sendo levadas a cabo pelo Governo, com destaque para :

- O lançamento da Campanha Nacional de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros, pelo Governo em 2014. As acções da Campanha são implementadas com a participação de organizações da sociedade civil, instituições religiosas, líderes tradicionais, comunitários e crianças. A mesma está alinhada com o movimento da União Africana para pôr fim aos casamentos prematuros.

- A aprovação da Estratégia Nacional para a Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros para o período 2016-2019, pelo Governo, na 42ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros (SOCM) realizada a 1 de Dezembro de 2015.

-A realização de acções de sensibilização das famílias, religiosos, líderes tradicionais, comunidades e da sociedade em geral para a prevenção dos casamentos prematuros. Por exemplo, No ano 2015, as comemorações dos dias 1 e 16 de Junho tiveram como tema os Casamentos Prematuros com o Lema: “Casar? Só depois dos 18 anos”.

-A prestação de assistência multiforme a cerca de 900.000 crianças em situação de vulnerabilidade e seus agregados familiares, através dos programas de Segurança Social Básica, implementados pelo Governo e or-

ganizações parceiras, como forma de prevenir os casamentos prematuros.

Prioridades

Por forma a priorizar as acções definidas na matriz de acções da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros, foram identificadas de forma conjunta, envolvendo Sectores do Governo e Sociedade Civil as seguintes prioridades:

Mobilização e Comunicação Social

- Promoção da mudança de práticas sociais que inibem os casamentos prematuros das crianças de ambos sexos com um especial enfoque as do sexo feminino.

Acesso a Educação e Retenção

- Promoção da frequência e a permanência das crianças na escola em especial da rapariga, através da adopção de políticas para o efeito e reduzir as limitações específicas das crianças do sexo feminino (Assédio sexual, Violência, gravidez, menstruação, atitude dos professores e regras institucionais).

Empoderamento das Crianças do sexo feminino

- Estabelecimento de redes de partilha de informação sobre Direitos da Criança e competências para a vida, com destaque para as do sexo feminino.

Saúde Sexual e Reprodutiva

- Reforço da saúde sexual e reprodutiva para prevenir, mitigar e dar resposta ao casamento prematuro, através de massificação da disponibilidade dos serviços de Saúde Sexual e reprodutivas para jovens e adolescentes e dos serviços de saúde materno infantil para mitigar as complicações de saúde resultantes das gravidezes precoces;

Mitigação e Resposta

- Reforço das acções de identificação e referenciamento dos casos;

- Aumento do número de famílias vivendo em situação de vulnerabilidade assistidos pelos programas de assistência social implementados pelo Instituto Nacional da Acção Social (INAS);

Quadro Político Legal

- Realização de uma análise do quadro legal afim de identificar as modificações legais a serem priorizadas com o objectivo de fixar a idade mínima para o casamento em 18 anos, sem abrir excepções e criminalizar o casamento prematuro com a imposição de sanções claras.

Desafios

- Prosseguir com as acções de sensibilização das famílias e comunidades para a mudança de atitudes e eliminação das práticas sociais nocivas.

- Empoderamento das famílias em situação de vulnerabilidade através dos programas de Segurança Social Básica;

- Potenciação dos meios alternativos de protecção á criança através das famílias de acolhimento, tutela e adopção;

- Prosseguir com as acções para a retenção das crianças nas escolas em especial das raparigas.

- Reforma legal com destaque para a Lei da Família estabelecendo a idade núbil em 18 anos sem excepções;

Ministério do Género, Criança e Acção Social

Diakonia por um mundo justo, igual e livre da pobreza

A Diakonia é uma organização sueca, de base crista, que trabalha por um mundo justo, igual e sustentável, livre de pobreza, da opressão, da desigualdade e da violência. Com sua sede na Suécia, actua em áreas geográficas e estruturas que englobam cerca de 04 escritórios regionais em África, América Latina, Ásia e Médio Oriente/Norte de África, escritórios nacionais em 24 países e operações em mais de 30 países. Na região da África, a Diakonia tem sua sede em Nairobi em Kenya, actua em cerca de 08 países, nomeadamente Burkina Faso, Kenya, Malí, Moçambique, República Democrática de Congo, Uganda, Zâmbia, Zimbabue. A Diakonia tem como áreas de intervenção Direitos Humanos, Democracia, Igualdade de Género, Justiça Social e Económica, Conflito e Justiça, Resposta a Emergências e Resiliência a Desastres e considera como áreas transversais a de género, meio ambiente e sensibilidade ao conflito.

A Diakonia não é uma organização implementadora, para o alcance da sua visão e implementação da sua missão, trabalha com organizações nacionais desafiando as estruturas sociais, políticas, culturais e económicas injustas que geram pobreza, desigualdade, opressão que impedem as pessoas a viverem com dignidade. No centro do seu trabalho está a Estratégia para Mudança e a Abordagem para Direitos Humanos, pois a Diakonia acredita que as mudanças acontecem quando as pessoas conhecem os seus direitos e organizam-se em conjunto, a fim de reivindicarem esses direitos perante respectivos detentores de obrigações baseando sempre num direito justo e plasmado em instrumentos nacionais e internacionais.

Em Moçambique a Diakonia actua em três áreas, Direitos Humanos, Democracia e Igualdade de Género. Desde 2010, implementa um subprograma denominado Reforço da Democracia e Direitos Humanos em Moçambique, na qualidade de intermediária do programa AGIR - Acções para uma Governação Inclusiva e Responsável, financiado pelas Embaixadas da Suécia e Holanda. No âmbito do programa AGIR, que se encontra na sua 2ª fase (2015-2020), a Diakonia actua em três áreas temáticas distintas, nomeadamente Direito à Inclusão e Igualdade; Direito à Participação e Representação Política dos Cidadãos (homens e mulheres) e Direito ao Acesso aos Serviços Públicos (Saúde incluindo Saúde Sexual e Reprodutiva, Educação e Justiça) acessíveis e de Boa Qualidade.

A Diakonia acredita que uma sociedade civil vibrante e forte é um motor de mudança. Nesta crença está baseado o fortalecimento da capacidade, nomeadamente Apoio Institucional, desenvolvimento de capacidades, assistência técnica financeira e programática. No âmbito da implementação do Programa AGIR II nas diferentes temáticas e, prosseguindo seus objectivos globais a Diakonia apoia a Gender Links nas áreas de direitos humanos, democracia e igualdade de género: garantir a realização dos direitos das mulheres e cumprimento dos compromissos em direitos humanos incluindo direitos sexuais e reprodutivos, promover participação política das mulheres, Boa Governação, combater violência baseada no género.

A parceria com a Gender Links, iniciou em 2016, através do Programa AGIR no âmbito de outros mecanismos de financiamento (small grants) para um projecto "Promovendo o Engajamento dos Cidadãos na Governação Local". O projecto foi implementado em 4 Municípios de Moçambique parceiros estratégicos da Gender Links, nomeadamente: Namaacha, Mandlakazi, Mocuba e Mocimboa da Praia, para integração do Género na Governação Local, a fim de tornar os Municípios em Centros de Excelência sobre Género e Desenvolvimento, integração da Violência Baseada no Género-VGB e

Saúde Sexual e Reprodutiva-SSR. Este projecto alcançou resultados significativos, a participação dos cidadãos, especialmente mulheres e raparigas, nos processos de tomada de decisão dos municípios através do desenho e revisão dos Planos de Acção sobre a VBG integrando as questões da SSR rumo ao combate dos casamentos prematuros; integração das mulheres formadas nos comités de gestão e co-gestão de saúde nas comunidades; estabelecimento de mecanismos de coordenação e denúncia de casos de violência doméstica entre as comunidades; consciencialização dos pais e encarregados de educação sobre a importância da sua participação na vida activa de seus filhos, através do dialogo, como forma de evitar desvios na juventude e casamentos antes do tempo e o Gabinete de atendimento à Família e Menores Vítimas de Violência;

Em 2017, Gender Links graduou como parceiro de Apoio Institucional dado a boa performance na gestão administrativa, financeira e programática, assim como a sua relevância no programa no que concerne a integração de género nos governos locais através dos Centro de Excelência, empoderamento das mulheres e raparigas vítimas de violência doméstica incentivando o empreendedorismo, implementação e monitoria do Protocolo da SADC sobre género, assim como na identificação e redução de casos de raparigas em situação de casamentos prematuros.

Para Diakonia, o empoderamento das pessoas que vivem na pobreza e em situação de marginalização, especialmente mulheres e raparigas é crucial para o desenvolvimento e promove a participação qualitativa em processos como actores em seu próprio direito, desafiando as estruturas sociais, políticas, económicas, culturais para que mudanças reais e sustentáveis possam ser alcançadas. A parceria com a Gender Links está orientada para resultados sustentáveis e focada na abordagem interseccional e na igualdade de género. Contudo, estamos cientes das diferentes barreiras sócio-culturais que as mulheres e raparigas enfrentam desde a educação limitada, costume e tradição forte de casamento prematuro, alto nível de pobreza, controlo da sexualidade pela família e homens com que se unem, falta de conhecimento de leis e mecanismos legais de protecção da criança, entre outros. Estes factores sócio-culturais motivam os casamentos em idade precoce e uniões forçadas e levam as crianças que se apresentam na situação de uniões forçadas a viverem um ciclo de pobreza, ver sua educação escolar interrompida, em risco de sofrimento e abuso que podem por em causa sua saúde mental, psíquica e física assim como restringem as oportunidades de desenvolvimento desta criança hoje, mulher amanhã.

Com apoio das Embaixadas da Suécia e Holanda, a Diakonia encorajam a promoção de mudanças relativamente as desigualdades presentes no seio da sociedade moçambicana e incentivam a liderança dos seus parceiros nas acções de advocacia, pesquisa e análise social em torno das temáticas de inclusão e igualdade de género, direitos humanos e democracia. O presente livro sobre casamentos prematuros constitui, por um lado, um veículo motor para consciencializar os diferentes actores sociais das reais consequências que raparigas de hoje e mulheres de amanhã sofrem e as limitações sociais, económicas, culturais e políticas que desafiam o seu desenvolvimento. Por outro lado, constitui uma amostra de preocupação de maior parte da Sociedade Civil e actores estatais e sociais relativamente a casamentos prematuros e recuperação dos direitos limitados das raparigas em situação de casamentos prematuros.

PREFÁCIO



O conteúdo deste livro representa, um instrumento de comunicação através do qual a Gender Links de forma exaustiva descreve o compromisso que assumo, na qualidade de Esposa do Presidente da República, um desafio incontornável do Governo a volta do flagelo social presente nas famílias Moçambicanas. Na verdade, os casamentos prematuros constituem fenómeno causador da ruptura dos sonhos de vida de milhares de raparigas. Os depoimentos deste livro, evidenciam os casamentos prematuros, como uma das principais causas que afecta negativamente a vida da rapariga em particular, e o desenvolvimento do País em geral. Pois, as meninas sujeitas ao casamento prematuro, enfrentam uma maior probabilidade de desistência da escola, separação precoce dos seus progenitores, infecção com doenças de transmissão sexual, incluindo o HIV e SIDA, violência doméstica e sexual, trabalho infantil, mortalidade materna e infantil e gravidez precoce, que resultam na contracção da fistula obstétrica que expõe as raparigas à discriminação e desprezo familiar e da sociedade. De forma intrínseca, a obra focaliza as zonas rurais como o epicentro dos casamentos prematuros e gravidezes precoces, na sua maioria motivados por factores socioculturais e económicos, que representam no meu entender, uma grande violação dos Direitos Humanos, tendo como consequência a violação baseada no género e perda de oportunidades na área de educação e gozo de boa saúde na adolescência. A cultura e as tradições são importantes para um povo e para uma comunidade. No entanto, quando algumas práticas dentro da cultura e da tradição são prejudiciais, elas não representam os princípios e os valores da dignidade humana devem ser revistas. Reconhecemos que os desafios para a eliminação destas práticas ainda são enormes mas, apraz-nos o facto de o país estar a registar alguns avanços importantes no combate a este mal social. O nosso Governo assume o compromisso da protecção dos direitos das crianças, raparigas e de mulheres vítimas de violência, abuso e exploração sexual. Para além de várias estratégias, planos de acção, leis e políticas estabelecidas pelo Governo através do Ministério do Género, Criança e Acção Social a citar uma delas, a política de género, o País através da implementação do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento tem estado a alavancar várias frentes para que estas evidem esforços no combate a este fenómeno. É neste contexto que em 2006, o Ministério do Interior, estabeleceu em todo o país centros especializados da polícia nacional para apoiar crianças e mulheres vítimas de violência, abuso e exploração. Esses centros oferecem um espaço seguro para as vítimas denunciarem incidentes de violência sexual à polícia e para serem encaminhados para a acção social, saúde e a outros provedores de serviços relacionados. Ainda no mesmo esforço, o Ministério do Interior, em estreita colaboração com o Ministério do Género, Criança e Acção Social, Ministério da Justiça, Assuntos Consti-

tucionais e Religiosos, Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano e o Ministério da Saúde, estabeleceu uma abordagem multisectorial para prevenir e responder a violência contra crianças através da criação de um sistema de encaminhamento para assistência às vítimas. Para que estas instituições tenham espaço de actuação, temos que rever as nossas normas sociais e a cultura do silêncio. As ligações entre a polícia e os serviços sociais devem ser reforçadas e encorajadas para que as crianças e mulheres vítimas de violência recebam ajuda prioritizada e que sejam, encaminhadas aos serviços de apoio. É necessário ainda fortalecer a rede de serviços para as crianças e as instituições que são orientadas para protegê-las. Os depoimentos presentes nesta obra levam-nos a uma profunda reflexão e ao mesmo tempo inspiram-nos a redobrar esforços para que urgentemente encontremos respostas que possam erradicar este mal, que não dignifica a família moçambicana. Bem-haja Moçambique, na implementação do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento Pós 2015, bem-haja a luta contra os casamentos prematuros e a promoção da Saúde Sexual e Reprodutiva.

Dra. Isaura Ferrão Nyusi
Esposa do Presidente da República



Quadro Jurídico

O país conta desde Dezembro de 2015, com a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate dos Casamentos Prematuros em Moçambique (2016-2019), que se baseia na Constituição da República de Moçambique de 2004, que destaca a igualdade de direitos entre mulheres e homens em todos os domínios, e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) a qual, no artigo 2º, reconhece que toda a pessoa têm todos os direitos e liberdades proclamados na Declaração, sem distinção de raça, cor, sexo, língua ou religião.

Em Moçambique, a idade núbil está fixada em 18 anos. Os Estados Partes promulgarão e adotarão medidas legislativas, administrativas e outras apropriadas para assegurar que mulheres e homens gozem de direitos iguais no casamento e sejam considerados parceiros iguais no casamento. A legislação sobre casamento deve assegurar que:

Nenhum menor de 18 anos vai poder casar;

Todo o casamento ocorre com o total consentimento de ambas as partes;

Todo o casamento, incluindo o casamento civil, religioso, tradicional ou costumeiro é registado de acordo com as leis nacionais; e

Durante o período de vigência do seu casamento, as partes tem direitos e deveres recíprocos para com os filhos, com os melhores interesses das crianças sempre sendo primordial.

A nível internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o consentimento “livre e pleno” não pode ser reconhecido se uma das partes envolvidas não tiver maturidade para tomar uma decisão informada sobre o parceiro para a vida. Na mesma perspectiva, o número 2 do artigo 16, da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher estabelece que “a promessa de casamento e o Casamento de Crianças não terão efeitos jurídicos e, todas as medidas necessárias, incluindo disposições legislativas, serão tomadas com o fim de fixar uma idade mínima para o casamento”.

A Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança estabelece, no seu artigo 21, que os estados signatários devem tomar medidas legais específicas para a eliminação do Casamento Prematuro e da promessa de Casamento de meninas e rapazes com menos de 18 anos de idade.

Outros instrumentos internacionais relacionados com o casamento prematuro incluem a Convenção sobre o Consentimento para Casamento, Idade Mínima para Casamento, Registo de Casamento e o Protocolo para a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos da Mulher em África.

Práticas sócio-culturais na origem de casamentos prematuros

Moçambique é um dos países com taxas elevadas de prevalência de casamentos prematuros no mundo. Dados do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), indicam que o país encontra-se em 10º lugar dos países mais afectados pelo fenómeno no mundo. Segundo o inquérito demográfico e de saúde de 2011, pelo menos 48 por cento de raparigas com idades compreendidas entre 20 e 24 anos, casa antes de completar 18 anos de idade, enquanto que 14 por cento delas, casa antes de completar 15 anos.

Os casamentos prematuros, na sua maioria motivados por factores socioculturais e económicos, representam uma grande violação dos Direitos Humanos e têm como consequência a violação baseada no género, problemas de saúde reprodutiva e a perda de oportunidades, de empoderamento das crianças do sexo feminino e, consequentemente, das mulheres.

De acordo com os dados do IDS 2011, a província do Niassa regista 24 por cento de mulheres entre 20 e 24 anos de idade casadas antes dos 15 anos de idade, seguida de Zambézia, Sofala e Nampula com 71 por cento cada. No concernente aos casamentos antes dos 18 anos, Nampula regista 62 por cento, Cabo Delgado 61 por cento, Manica 60 por cento e Niassa 59 por cento.

A formalização desses casamentos tem sido forçada pelos próprios progenitores ou familiares próximos das raparigas, resultando em gravidezes precoces como consequência imediata.

O livro traz-nos algumas histórias de vida sobre a realidade ou experiências vividas nos distritos de Sussundenga, Vanduzi e Chimoio Província de Manica.



Cubatira/ uma prática nociva

Cubatira ou mabatiro na língua local, o que significa “Reserva” é uma prática costumeira que se observa na comunidade de Mariondo, Distrito de Vanduzi, Província de Manica. A mesma consiste na reserva de uma menina para casamento que pode ocorrer com uma menina de tenra idade ou ainda na barriga da mãe.

A nossa equipa de pesquisa não precisou de andar muito na comunidade de Mariondo, com pouco mais de 1000 habitantes, para encontrar casos de cubatira. Inês Lucas têm 16 anos de idade, reside na comunidade de Mariondo, Matsinho em Vanduzi, Província de Manica, zona centro de Moçambique. A menina que interrompeu os estudos em 2015, quando frequentava a Segunda classe e confirma estar reservada desde 2016 para um senhor o qual não conhece a sua idade.

Para o efeito, segundo ela, o senhor pagou 110 meticais e uma capulana. Por ser um valor referente a compromisso, ela é que usou o dinheiro enquanto a capulana foi entregue a avó. Assim que forem concluir as cerimónias exigidas para o início da vida conjugal será pago outro valor e outros bens que serão basicamente para a avó.

Inês diz ter 16 anos de idade, mas não possui qualquer documento que comprove a sua idade.

Inês só sabe que o seu pretendente é um artesão, que se dedica a produção e venda de esteiras.

A nossa interlocutora é uma das três netas da avó Lene Saene com quem vive desde pequena. Para a sua reserva bastou apenas uma negociação entre as duas avós do casal, acto que foi materializado com a entrega de 110,00 mts e uma capulana. Deste compromisso, Inês já não pode se desfazer mesmo que pretenda dar outro rumo à sua vida.

Lene Saene avó da Inês Lucas, cuida de 4 netos dos quais 3 meninas incluindo a Inês que perderam os pais vítimas de doença que não souberam identificar.

A avó confirma que para a reserva da sua neta, o pretendente entregou um valor de 110,00 mts e uma capulana.

A reserva uma vez feita não se desfaz



Segundo a avó Lene, o pretendente da Inês pode levar a sua esposa a qualquer momento que desejar, pois, a garantia já foi feita pela família.

Lene disse que esse tipo de prática é normal na comunidade de Mariondo, pois, a reserva é feita a raparigas ainda com menor idade. A avó explica que menor idade é quando a rapariga ainda não começou o período menstrual ou ainda sem mamas. É uma forma de garantir que a menina não seja casada por outro homem.

Há duas ou três modalidades para a reserva: uma pode acontecer depois de ambos se conhecerem na rua; outra, pode ocorrer pelo facto do pretendente gostar dela ou da família e, uma outra, quando a família do pretendente gosta da pretendida ou da família desta por ter uma boa educação ou boa posição social

A mesma reserva pode ser feita directamente pelo pretendente ou pelos seus familiares, bastando para tal entregar algum valor monetário e alguma espécie que normalmente pode ser uma capulana.

Quando a menina é demasiado menor, o pretendente deixa-a na casa dos pais até crescer e atingir a maioridade, mas também pode leva-lá para casa dos seus pais onde poderá crescer enquanto aprende a cuidar do lar com os sogros.

A avó Lene pouco conhece o pretendente, sabe apenas, que é alguém adulto que se dedica ao artesanato, produzindo esteiras para venda em Matsinho e na cidade de Chimoio. Mensalmente, o reservador entrega a Inês metade de barra de sabão, vaselina e produtos alimentares como forma de sustentá-la.

Quando questionada sobre o que poderia acontecer com os bens que ela recebe do marido se o casamento não desse certo, Lene Saene diz não saber, preferindo deixar tudo para o futuro.

Caso apareça alguém querendo conceder outro rumo para a Inês na condição de desfazer a reserva feita, a avó Lene diz que não poderá aceitar pois, mandam os costumes locais dizer que não se pode desfazer, porque significaria falta de palavra com a outra família. Ou seja, “o que está feito está feito”. O compromisso poderá ser desfeito, caso a Inês não consiga gerar filhos, o que ditará a redução do valor do lobolo. Fora disso, não deve, pois fica mal para a imagem da família.

Estas práticas tiram às suas vítimas a opção de decidirem sobre o seu futuro.

Questionada sobre os pagamentos necessários a posterior para que o reservador possa ter a sua esposa, a avó da Inês diz que, o lobolo poderá ser cobrado assim que a miúda tiver filhos com ele. Caso contrário, o valor poderá ser a metade e por conseguinte, ele poderá optar se pretende continuar com ela ou não. Caso ela tenha filhos, o valor a cobrar poderá variar entre 2 a 3 mil meticais.



As duas irmãs da Inês que poderão ser vítimas de cubatira

Massunguiro: A principal causa de casamentos prematuros em mariondo



Casamentos prematuros comprometem futuro de milhares de raparigas

Pedro Manani Najapi, natural e residente de Mariondo, é pai de 13 filhos dos quais 8 teve com a sua primeira esposa e os restantes 5 com a sua mais nova esposa.

Trata-se de uma pessoa que conhece muito bem a cultura local, incluindo as práticas costumeiras da sua comunidade, daí que fornece alguns detalhes sobre a prática Cubatira que significa reserva. Najapi diz que caso alguém aprecie alguma menina, envia seu padrinho ou um dos seus familiares para a casa da família dessa menina a fim de consultar se ainda se encontra disponível, ou seja se alguém já assumiu compromisso.

Normalmente, é feita uma pesquisa antes, com vizinhos e outras pessoas aconchegadas ou com a própria miúda e depois, informa-se da pretensão aos pais desta. Caso ela tenha idade aceitável, os pais deixam que os familiares do pretendente conversem em privado com ela, para saber se o compromisso esta aceite. É nessa altura em que também recebe informações adicionais do seu pretendente, caso ainda não se conheçam, porque há casos em que os dois já se conhecem.

Se ela concordar, recebe algum valor (que pode partir de 2 meticais em diante) e uma capulana,

que apresenta aos seus pais, símbolo do seu compromisso. Estes, nada mais fazem senão também assumirem que a sua filha “já está ocupada”. Nessa altura, segundo a nossa fonte, não se avalia a idade, a aparência do pretendente. O mais importante é o carácter da família, pois, também é este o princípio que norteia na maioria das vezes a escolha da moça pelos pais do rapaz.

Aliás, o senhor Pedro, considera que a escolha de uma esposa nem sempre é papel do próprio rapaz, pois, pode ser feito pelos próprios familiares que são motivados pelo nível de educação (respeito) e a reputação que a família goza na comunidade, incluindo a própria rapariga.

Há casos em que a reserva é feita enquanto a futura esposa ainda é bebé. Questionado se nessas situações não há risco da pretendida recusar mais tarde por não gostar do seu esposo, por vários factores, entre eles a idade, beleza e outros. Pedro Najapi afirma que esse facto não se coloca em causa, pois, o que prevalece é a vontade dos pais “ quando os pais gostam do pretendente, ela não tem que gostar ou não, é obrigada a aceitar e casar-se com ele”.

Em relação aos procedimentos necessários para formalizar a união entre duas pessoas, independentemente da sua idade, o entrevistado refere que após reserva segue-se o momento de apresentação ou oficialização. É nesse momento que se exige um valor com significado de brincos, que em língua local denomina-se por Mphete (que significa aliança ou segurança do lar, traduzindo se no comprometimento com o lar e sem traição). O mesmo é acompanhado de uma ou duas caixas de cerveja, refrigerantes, 1 saco de arroz, óleo, pão, entre outros bens que devem estar embrulhados em capulanas. Depois paga-se o Massunguiro, que é o valor relativamente mais alto que é o valor relativo à virgindade. Esse valor, somente é pago após a primeira relação sexual que é testemunhada pelos familiares do rapaz. Do contrário, esse valor não é pago. Este facto é que segundo Najapi, concorre para que muitos pais, casem as suas filhas quanto antes, por temer que algum indivíduo possa violar antes do compromisso e mais tarde não assumir. Nesse caso, perderá esse valor que normalmente parte dos mil meticais em diante.

Sobre a maioridade duma menina, Pedro Najapi diz que na sua comunidade, é contada a partir do primeiro período menstrual, independentemente da sua idade.

Assim que uma menina reservada atinja essa fase, é imediatamente convocado o pretendente e obrigado a fazer a respectiva cerimónia como já referenciado anteriormente que passa pelo pagamento do Mphete, entre outros e depois levar a sua esposa para casa, onde esta deverá cumprir com todos os seus deveres.

Forçada a casar por conta de uma violação sexual



Cubatira é uma prática que preocupa as lideranças comunitárias que têm visto as suas campanhas de sensibilização contra casamentos prematuros a fracassarem. Mas não é somente o mabatiro que contribui para a ocorrência deste fenómeno em Mariondo, a distância que separa a comunidade e a sede distrital de Vanduzi, onde as crianças devem frequentar de 6ª classe em diante é outro factor, porque a Escola Primária Completa local lecciona apenas até a 5ª classe.

Mida, de 14 anos de idade, é apenas um exemplo de uma menina que não suportou viver sozinha na sede distrital de Vanduzi, pois, um rapaz que ainda frequenta a 5ª classe em Mariondo, conseguiu enganá-la e manteve relações sexuais com ela. A menor abandonou os estudos quando frequentava a 6ª classe.

Mida Já se encontra comprometida com o rapaz que lhe tirou a virgindade. A violação, aconteceu quando Mida frequentava os estudos na Vila de Vanduzi, para onde foi prosseguir com os estudos. Assim sendo, o rapaz violador (por sinal empregado doméstico), quando intimado pela família da Mida assumiu o acto, tendo para o efeito entregue 100 meticais em valor monetário e uma capulana, simbolizando um compromisso assumido. Até a data da entrevista (Setembro de 2017), aguardava-se pela chegada dos familiares do rapaz que se encontram em Tete para dar se prosseguimento com a restante cerimónia e depois ai levar a sua esposa para casa. A dúvida que ficou, no entanto, é o facto de não se saber se os familiares do rapaz não assumiram outro compromisso de reserva com alguma rapariga em Tete, uma vez que a prática cubatira também ocorre nalguns pontos daquela província.



Anita Félix, mãe da Mida.

“O meu desejo era ver minha filha com 12ª classe concluída”

Anita Félix é mãe de Mida e confirma que a sua filha interrompeu os estudos por conta do compromisso assumido para casamento com um jovem empregado doméstico, o qual também não conhece sua idade. Confirma igualmente a recepção pela filha de 100meticais e uma capulana, estando a aguardar-se pelos pais do rapaz para o resto da cerimônia. O seu maior receio é que os familiares já tenham assumido algum compromisso com outra menina em Changara, Tete. O que mais entristece a dona Anita é o facto dos dois serem menores e com classes ainda muito básicas, quebrando totalmente os seus planos que passam pela educação da Mida até ao mínimo 12ª classe, porque daí poderá submetê-la a alguma formação técnica profissional para obter um emprego que possa sustentar não só a si como a família.

“ É pena que tudo tenha acontecido a força. Todos são menores, não têm idade para assumirem um lar, daí que o meu desejo é que os dois continuassem a estudar”.

Mariondo clama por uma escola secundária

Segundo o líder comunitário de Mariondo, Horácio Denja, o trabalho de sensibilização da comunidade para o combate aos casamentos prematuros tem registado um fracasso devido ao fenómeno de cubatira (reserva). As campanhas de educação cívica têm sido feitas em encontros populares para que, se dê oportunidade a rapariga para frequentar a escola e assim garantir o seu futuro. Segundo Denja, essa tem sido a orientação do governo e do Gabinete da Primeira-Dama da República. No entanto, outro factor que preocupa aquele líder comunitário e que por sinal também tem deitado abaixo os seus esforços, é o facto da comunidade de Mariondo, contar com apenas uma escola primária que lecciona até a 5ª classe, facto que obriga que os alunos se desloquem até a sede do Distrito em Vandúzi, para prosseguir com os estudos a partir da sexta classe “há meninas que chegam a 6ª classe com 13 e 14 anos, e com essa idade elas são obrigadas a ir morar sozinhas em Vanduzi, sem o controlo dos pais, é só imaginar o que pode acontecer”.

Horácio Denja acrescenta que para o prosseguimento dos estudos dos seus filhos, os pais de Mariondo são obrigados a arrendar casas ou mesmo adquirir um terreno e construir uma moradia para as crianças na vila de Vanduzi, sensivelmente dez quilómetros do Mariondo. “Sozinhas sem ninguém para controlar, elas estão expostas a todos os riscos como acesso a filmes de adultos nas barracas, engano por homens adultos ou da mesma idade para a prática de relações sexuais, que muitas vezes culminam com gravidez precoce”.

O líder comunitário alerta que casos de raparigas que abandonam os estudos na sede de Vanduzi por gravidez, perda de virgindade e consequentemente união forçada, existem em grande quantidade na sua comunidade, tendo por isso apelado às autoridades governamentais para alargarem o nível de ensino leccionado em Mariondo para minimizar o fenómeno.



Um exemplo a seguir



Anátalia Roberto Jone, é uma rapariga de 16 anos de idade que frequenta (2017) a 10ª classe, na Escola Secundária Armando Emílio Guebuza, na Vila de Catandica, Distrito de Barué, norte da Província de Manica. A sua história é como de muitas outras meninas de Moçambique em que familiares, vizinhos e conhecidos aliciam as raparigas para se casarem muito cedo ou até mesmo serem violadas sexualmente.

Segundo conta, uma senhora de confiança que considerava de sua segunda mãe, por passarem juntas maior parte das manhãs no mercado, onde vendem diversos produtos para garantir a sobrevivência da família, teria aliciado Anátalia a conhecer um homem por sinal muito mais velho que ela. Conforme Anátalia, a tal senhora que não quis identificá-la disse-lhe que o senhor tinha todas as condições incluindo viatura para cuidar dela e desta forma tirar a família do sofrimento, uma vez que o pai perdera a vida três anos antes.

Porque Anátalia, estava ciente do que a mãe sempre a aconselhou em casa, recusou-se mesmo apesar da pressão e insistência da senhora amiga da família, até que um dia conheceu o homem, mas mesmo assim, recusou-se a casar porque pretendia estudar, formar-se e conseguir um emprego para apoiar a sua família.

No entanto, a informação da aliciação chegou aos ouvidos da mãe de Anátalia, a senhora Jenny Pita Matono que pensando no sacrifício que tem feito para cuidar das suas três filhas para que tenham um futuro melhor, terá batido em Anátalia e, esta por sua vez, conhecendo os seus direitos, foi meter uma queixa no gabinete de Atendimento a família vítima de violência doméstica.

Notificada sobre o caso, Anátalia Roberto Jone teria exigido as autoridades a neutralizar os dois indivíduos acusados, os quais foram levados a polícia. Trata-se de um indivíduo de maior idade, já divorciado e pai de um filho e residente na província de Tete. No entanto, a mãe de Anátalia teria optado por perdoar tanto a senhora que aliciou a menina, assim como o suposto pretendente, com

a condição de fazer uma declaração de nunca voltar a cometer o mesmo crime quer com Anatólia, quer com qualquer outra rapariga do mundo. E assim aconteceu, e as autoridades arquivaram o referido processo.

Jenny é tida como uma mãe com firmeza, pois, por iniciativa própria conseguiu adquirir um terreno residencial onde iniciou com fabrico de tijolos para a construção de moradia no bairro Sanhanthunzi. A ideia da senhora, que é viúva desde 2001, é colocar as suas três filhas (uma na 12ª classe, outra na 10ª classe e a terceira a frequentar a 9ª classe) próximo da escola do ensino secundário (já que são provenientes do Posto Administrativo de Choa), para que assim que terminem possam prosseguir com formação profissional do desejo das meninas e depois conseguir um emprego que garanta o seu sustento.

Neste processo, foi fundamental a intervenção do sector de Acção social do Governo Distrital de Bárue, que apoiou em material de construção, tendo erguido uma residência melhorada.

A mãe de Anatalia, deixa um apelo a todas as mães e os pais, ainda que estejam em situação de vulnerabilidade ou mesmo violadas, deixarem as suas filhas estudarem, pois, só assim é possível ter garantias de um futuro risonho para elas e suas famílias.



Jenny e suas tres filhas

De promessa de casamento à mãe abandonada



26

Casos de raparigas enganadas por homens com promessa de casamento, registam-se por toda a província de Manica. Ruth Albino Chiomoio, de 16 anos de idade, residente na localidade de Munhinga, distrito de Sussundenga, passou por uma situação similar quando frequentava a 9ª classe em 2016, ao ser enganada por um jovem de 26 anos, também aluno, prometendo-a em casamento. Desde que regressou a casa dos pais, Ruth nunca mais viu o pai da criança, que nem se quer assumiu a paternidade, cabendo a Ruth correr atrás do tempo, pois, mostra-se arrependida pela atitude do pai da criança.

“Ela mostra-se arrependida e pretende retomar os estudos e, eu faço-lhe ver a gravidade do seu erro, pois não seguiu o exemplo das irmãs mais velhas que concluíram o ensino e hoje têm o futuro garantido”, disse o pai da rapariga, Albino Chimoio.

Enquanto isso, a mãe da Ruth tem de cuidar do seu filho menor e o neto, pois o provérbio criança não cuida de outra criança, torna-se um facto nesta família. “Praticamente eu é que cuido da criança, a noite não durmo, porque tenho que dar de mamar a minha criança e ao mesmo tempo cuidar do neto que chora muito”, disse a senhora Azélia Naene, mãe da Ruth.

Uma decisão despida de costumes salva Letwin Leonardo Secreta

Letwin Leonardo de 14 anos de idade em 2017, nasceu e cresceu em Barauro, interior do Posto Administrativo de Choa, no Distrito de Bárue, região norte da província de Manica.

A história triste de Letwin começa depois de concluir a sétima classe em 2016. Porque na sua comunidade não existe uma unidade de ensino secundário, foi enviada para a Vila de Catandica, sede do distrito para prosseguir com os estudos.

No entanto, logo nos primeiros meses de 2017, Letwin ficou doente, teve dores de estômago que não passavam o que a levou a não frequentar a escola por cerca de três meses consecutivos. Assim, a rapariga foi forçada a regressar à Barauro¹, casa dos seus pais.

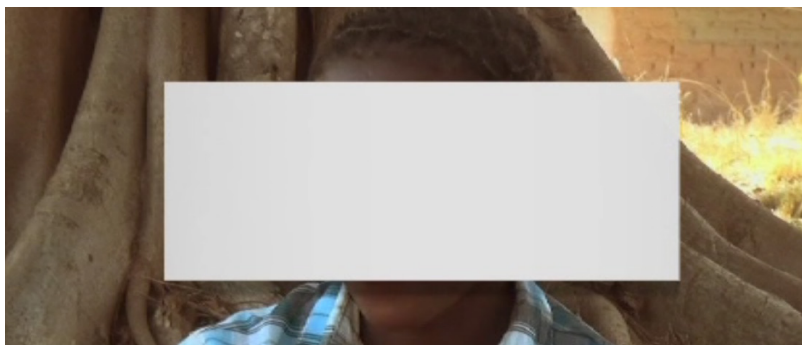
Enquanto recuperava-se das dores, Letwin foi enviada pela mãe à casa da avó em Barauro 2 que dista alguns quilómetros de Barauro 1, afim de fazer companhia a avó. Uma vez que o tio de Letwin que vivia com a avó, sofrera um acidente de motorizada.

Como genro, o pai de Letwin foi obrigado a acompanhar o cunhado à cidade de Chimoio para receber cuidados médicos especializados no Hospital Provincial, o que levou cerca de 30 dias.

Terá sido nesse período que um grupo de 4 indivíduos raptou Letwin da casa dos avós quando esta encontrava-se sozinha. Foi levada até pouco depois da fronteira entre Moçambique e Zimbábue, numa zona montanhosa e distante da casa, segundo conta.

Sozinha diante de 4 homens, foi violada sexualmente por um dos raptadores, por sinal de 45 anos de idade e de nacionalidade zimbabueana, enquanto os outros seguravam-na. Letwin diz que este acto foi consequência de muitas tentativas de conquista que tal homem sempre a fez, chegando inclusive a aliciá-la com dinheiro para manter relações sexuais, mas a rapariga sempre recusou e contou a mãe e a avó.

Regressada a casa com apoio de membros da comunidade com os quais cruzou após a violação sexual, Letwin contou o sucedido a sua mãe, numa altura que os familiares do violador já a tinham



como sua nora e por sinal levaram-na para a sua casa, local onde a menina recusava alimentar-se e todos os cuidados “carinhosos” que a família tentava conceder na qualidade de esposa do seu irmão. É assim que os pais de Letwin, levaram-na ao centro de saúde onde foram feitos todos os exames incluindo de HIV e foi medicada. A recomendação médica segundo a mãe, é de voltar três meses depois, ao centro de saúde para mais exames a fim de aferir se não terá contraído alguma doença transmissível.

O caso teria sido resolvido ao nível da comunidade pelas lideranças locais na ausência do verdadeiro violador, apenas estiveram presentes os restantes 3 elementos. Diante de pedidos de desculpas e conselhos das lideranças, o senhor Leonardo Secreta, aceitou um pagamento de uma multa de sessenta mil meticais pelos danos morais, na razão de vinte mil a cada um dos coniventes, já que o verdadeiros violadores desaparecera .

Aconselharam igualmente a entregar a menina à família do violador. Os pais de Letwin não aceitaram, preferindo ficar com a sua filha para que no ano seguinte pudesse dar continuidade com os estudos. Uma atitude louvada por muitos membros de Barauro.

“veja se eu tivesse aceite entregar a minha filha a um bandido como esse, que anda fugitivo, de cerca de 45 anos de idade, como estaria a minha filha. . . seria o mesmo que vendê-la ou matá-la..” concluiu Leonardo Secreta para em seguida dizer que ela agora voltou a escola e no final deverá escolher o seu curso ou profissão que pretender pois, tem direito para isso. Como pai, segundo o informante, caberá apenas o papel de apoiar.

Por enquanto, o apoio da comunidade de Barauro e a união do casal (pais da menina) têm sido fundamentais para que esta família ainda sonhe com um futuro melhor para Letwin, pois nunca foi manifestada qualquer situação de discriminação.

Sara Matias, mãe de Letwin, refere que não tem sido fácil conviver com a ideia de ter uma filha violada antes mesmo do início do período menstrual, mas porque a família encontra-se unida e os restantes membros da comunidade encaram a situação como algo normal, ajuda na superação do sucedido.

É importante referir que em Barauro, decorrem actividades de consciencialização da comunidade para o combate aos fenómenos de rapto e tráfico de seres humanos, casamentos prematuros, violação sexual, gravidez precoce entre outros males. A actividade tem sido dinamizada através dos comités comunitários locais e núcleos infantis, assim como das escolas. Trata-se de uma actividade que conta com a intervenção técnica e financeira da Save the Children, uma organização internacional que actua na área de protecção da criança que igualmente constitui parceiro da Gender Links.



Pai da Letwin

Mãe da Letwin

LeMusica constrói o futuro de centenas de meninas



30

LeMusica, uma sigla que significa Levanta Mulher e Siga o seu Caminho, é uma organização não governamental baseada na cidade de Chimoio, província de Manica, que oferece atendimento integrado a menores vulneráveis vítimas de diferentes tipos de abusos. No seu centro de atendimento e acolhimento, localizado no bairro vila nova em Chimoio, crianças em situação difícil e de vulnerabilidade são cuidadas até a fase adulta. “Nós prestamos cuidados a várias crianças, algumas já no ensino superior, outras no mercado do emprego nos seus lares”.

Dália Mahumane, da LeMusica explicou que da lista de raparigas que passaram pela organização está a Cídia, que neste momento encontra-se a frequentar o curso de Direito, na Universidade Católica de Moçambique (UCM). A Cídia fez o ensino secundário e médio, aqui na LeMusica. A Eunência é outra menina, hoje senhora, que cresceu nesta organização. A rapariga que está casada e é mãe de duas meninas, está a terminar o curso superior de gestão ambiental. A Eunência tem dado muito apoio a pré-escola da LeMusica, onde estão crianças órfãs e vulneráveis.



Abusada sexualmente pelo tio

“Maria Mateus”, de 11 anos de idade, está também na LeMusica desde 2014. A pequena foi vítima de violação sexual, protagonizado por um suposto tio, que a levou da casa da mãe, logo após a morte do pai, com a promessa de a proporcionar melhores condições de vida, assim como garantir os seus estudos, tendo em conta a situação de carência em que a mãe se encontrava.

No lugar de cuidar dela o senhor Samuel, suposto tio, a violava sexualmente. “ele bebia e mandava embora de casa a sua esposa e, depois entrava no meu quarto e mandava-me tirar roupa, ameaçando-me de morte”, conta a menina.

Cansada de abuso, a pequena “Maria” procurou ajuda numa vizinha que a aconselhou a fazer denúncia ao chefe de quarteirão. “Fui queixar ao tio Samora que me acolheu em sua casa e de seguida levou-me ao hospital. Mas também chamou os tios polícia que levaram o meu tio para a esquadra”, explica Maria.

Cecília Ernesto, assistente social da LeMusica, disse que “Maria” está nesta organização desde 2014, onde recebe um atendimento integrado, porque também contraiu o vírus do HIV. “já houve julgamento deste caso em 2015, mas perante o juiz, nós procuramos saber do suposto tio se a “Maria” teria outros familiares, uma vez que pretendíamos fazer a sua reintegração familiar, mas o senhor Samuel recusou-se a indicar outros familiares da menina, alegando que ele era o único parente”.

Mas a LeMusica não parou por ali, junto com o Senhor Samora, na qualidade de Líder Comunitário continuou a procurar a família que até hoje não foi localizada. “Mas ainda este ano, a “Maria” disse que ainda se recordava da sua família no Inchope, província de Manica e, estamos a organizar uma viagem para lá”.

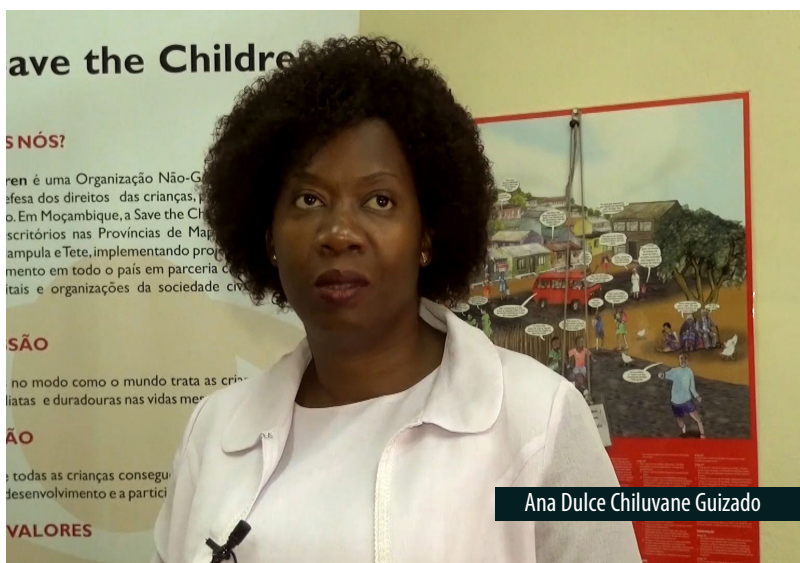
A menina está neste momento a frequentar a 4ª classe.

Casamentos prematuros preocupam a Save The Children

Ana Dulce Chiluvane Guizado, Directora provincial de programas de Save The Children para as províncias de Manica e Sofala, considera que o casamento prematuro é uma prática que inibe a criança de alcançar os seus direitos, facto que constitui uma grande preocupação para a sua organização que trabalha em prol dos direitos da criança. “O combate aos casamentos prematuros constitui uma das nossas prioridades”, disse Ana Dulce salientando que para o caso daquelas crianças que já sofreram o abuso, a Save The Children tem prestado assistência para que as mesmas possam ultrapassar o trauma e encontrarem outras formas de encarar a vida.

Ana Dulce explicou que a Save the Children é um dos parceiros da Gender Links que tem trabalhado na área de prevenção, incentivando a comunidade a não praticar este mal.

A Save The Children é uma organização não governamental que trabalha em prol da defesa dos direitos da criança.



Há mudança de atitude no seio das comunidades



Joana Guinda, Administradora de Sussundenga

A Administradora do distrito de Sussundenga, província de Manica, no centro do país, exorta os pais e encarregados de educação, a abandonarem a prática de massunguio e outras que prejudicam o futuro das crianças, em particular da rapariga. “Todos os pais deveriam ter a consciência de apostar na formação dos filhos, sem olhar para o sexo, no lugar de se preocuparem com mil meticais que recebem da prática de “massunguio”.

Joana Guinda, explica que enquanto no “massunguio” só se recebe uma única vez, na cerimônia de lobolo, uma filha formada garante mesada e outro tipo de assistência aos pais por toda a vida. Baseando-se nos depoimentos apresentados neste livro e, no trabalho feito pelo Governo no distrito de Sussundenga, a Administradora acredita que apesar dos desafios serem ainda maiores, nota-se alguma mudança de atitude por parte dos pais e encarregados de educação, em relação a aposta na educação dos filhos, e mesmo no abandono de algumas práticas que violam os direitos das crianças, em particular da rapariga.

A administradora convida os encarregados de educação e toda a comunidade de Sussundenga, a seguir o exemplo da mãe da Anatólia e dos pais da Letwin Secreta.

Combate aos casamentos prematuros: Primeira-Dama na linha da frente



O trabalho desenvolvido pela Gender Links e outras organizações nacionais da sociedade civil tem sido fundamental para o estabelecimento de mecanismos de promoção da participação da mulher na vida do país. No exercício das suas atividades, esta organização trabalha em parceria com 20 dos 53 Municípios do país, sobretudo na promoção da integração do gênero na governação local, através de Centros de Excelência.

Segundo o Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio, Raul Conde Adriano, é imperioso que haja equilíbrio de gênero a nível dos sectores chaves dos Municípios, o que passa pela criação de condições para uma participação feminina efectiva.

Mas a maior parceria estratégica da Gender Links é com o Gabinete da Esposa do Presidente da República, que está na dianteira das acções de promoção do gênero no país. E é assim que entre várias iniciativas, a Esposa do Presidente da República de Moçambique, Dra. Isaura Nyusi, lançou em 2017, na província nortenha de Cabo Delgado, o projecto de combate aos casamentos prematuros.

Na ocasião, a Primeira-Dama do país, afirmou que o projecto representa a confirmação do compromisso de esforços na promoção dos direitos da criança, em particular o combate aos casamentos prematuros e gravidezes precoce.

A Esposa do Chefe do Estado, reiterou que o projecto por si lançado, enquadra-se num conjunto de iniciativas da Primeira-Dama de Moçambique, num esforço que visa eliminar a prática de casamentos prematuros no país. O projecto que é de dimensão nacional, terá a duração de 3 anos e tem como lema, “rapariga livre dos casamentos prematuros”.

De acordo com a Esposa do alto Magistrado da Nação, é objetivo geral do projecto aumentar a consciencialização da sociedade sobre o que deve ser feito para prevenir este mal, com enfoque na gravidez precoce e na mortalidade materno neonatal. Inclui ainda objetivo deste projecto, garantir maior nível de conhecimentos, atitudes e práticas saudáveis.

Considerando que casamentos prematuros constituem violação de direitos humanos e da criança em especial, com consequências graves no desenvolvimento da criança, a Esposa do Chefe do Estado apresentou algumas acções realizadas pelo seu Gabinete, visando a prevenção e combate desta prática nociva, das quais destacou:

- A adopção da legislação que proteja a criança;
- A Ratificação de instrumentos regionais e internacionais sobre os direitos da criança e da mulher;
- A adesão do país a campanha da União Africana para prevenção e combate aos casamentos prematuros;
- A sensibilização das famílias, líderes religiosos e tradicionais e da sociedade em geral para a mudança de comportamento e de atitude;
- A prestação de assistência multiforme à crianças em situação de vulnerabilidade, dos seus agregados familiares, através de programas de segurança social básico;
- A implementação de programas de saúde sexual e reprodutiva e promoção da educação da rapariga, incluindo atribuição de bolsas de estudos.

“Estas são algumas das acções que temos vindo a realizar, não obstante a existência de vários desafios como a necessidade de implementação efectiva da estratégia nacional de combate à casamentos prematuros, a reforma legal com destaque para a Lei da Família, estabelecendo a idade núbil em 18 anos sem excepções”.

São ainda desafios apontados pela Esposa do Chefe do Estado, a necessidade do reforço da sensibilização das famílias e comunidades, para protecção das crianças contra casamentos prematuros e de outras práticas nocivas. A expansão de programas de segurança social básico e outras acções, visando a redução da vulnerabilidade das famílias, assim como prosseguir com as acções para o acesso e retenção das raparigas na escola e a implementação de acções de assistência e reabilitação das crianças envolvidas nos casamentos prematuros.

Refira-se que a Gender Links Moçambique é filiada a Gender Links regional e guia-se através do protocolo da SADC pós 2015, sobre o género e desenvolvimento, um instrumento que comporta 23 indicadores que por sua vez, estão divididos em 43 artigos. Trata-se de uma série de compromissos, assumidos pelos Estados da Região Austral de África, membros da comunidade onde estão estabelecidos os mecanismos efectivos e prazos específicos para a sua implementação.

Anualmente, a Gender Links, junto dos Estados membros da SADC tem elaborado um barómetro, que constitui um instrumento de medição do grau de cumprimento do protocolo, revisto e assinado pelos Chefes de Estados, incluindo o Estadista Moçambicano, Filipe Nyusi, durante a trigésima sexta cimeira da região, havida em 2016, em Mbabane, na Suazilândia. Durante a trigésima sexta cimeira da região.

Title: Early Child Marrings

Preface: First Lady, Dra. Isaura Nyusi

Introductory: Alice Banze, Executive Director of Gender Links

Interviewer: Alice Banze and Tomás Gimo

Proof reading: Arménio Langa

Translator: Arménio Langa

Photography: Raúl Viegas and Tomás Gimo

Transcripts and editing: MIZZFILMS

Layout and cover: MIZZFILMS

Printing: ART PRINT - DURBAN

Funding: Agir Diakonia Program and Amplify Change with funding
from the Embassy of Sweeden and the Netherlands

Copyright: Gender Links

CONTENT

Acknowledgment.....	41
Solidarity.....	42
Presentation Note.....	43
Prevention and fight against early child marriages.....	44
Preface.....	46
Legal Framework.....	48
Early Child marriages: social practices and traditions in the origin of evil.....	49
Cubatira: A harmful practice.....	50
Once formalized, the reservation cannot be undone.....	51
Massungiro: The main cause for early child marriages in Mariondo.....	53
Forced to marry after sexual violence.....	55
Mariondo asks for a secondary school.....	57
An exemple to follow.....	58
From promised marriage to abandoned mother.....	60
A Non-traditional decision saved Letwin Leonardo Secreta.....	61
LeMusica builds the future for hundreds of girls.....	63
Early Child marriages concerns Save The Children.....	65
There is a change of attitude.....	66
Fight against early girl marriages: The first lady in the frontline	67




PREMATURE MARRIAGES/EALRY PREGNANCIES

A woman with dark hair, wearing a white t-shirt with a floral pattern and a colorful patterned skirt, sits on the ground. A young child is sitting next to her, looking towards the right. They are in front of a structure with a thatched roof made of dry grass or straw. The background is a bright, sunny outdoor setting.

Acknowledgement

To the Council of the city of Chimoio, for the openness and tireless support in the work of gender mainstreaming in local government. To partner organizations: Save The Children, LeMusica and communities of Mariondo, Munhinga and Barauro, for joining in this initiative. To the community leaderships and all those that even indirectly contributed to the accomplishment of this work. Our thanks to our funding partners: Embassies of Sweden, the Netherlands through the AGIR and DIA-KONIA program and the AMPLIFY CHANGE.

A group of women and children are sitting outdoors on the ground. Some women are holding infants. They are wearing various colorful clothing. The background shows a bright, sunny outdoor setting with some structures and trees.



Solidarity

Gender Links wants through this video, to offer its solidarity to the girls and women of Mozambique, who daily suffer situations of violation of their rights, culminating many times in violence based on gender, HIV and AIDS and forced or early child Marriages and, consequently, the non-enjoyment of good sexual and reproductive health. These Women and girls are our true heroes.

Presentation Note

With this book, we intend to document the life stories of girls, victims of Sexual Violence, early child Marriages and Premature Pregnancies, an evil that contributes greatly to delay the development of the girl of today, and mother-woman of tomorrow.

Specifically, the book brings us some life stories about the reality or experiences lived in the districts of Vanduzi and Sussundenga in Manica. We also portray in the book, life stories of two women victims of gender-based violence, who have overcome the hardship and today are big entrepreneurs and decide on their lives. These two stories show that only with the training these girls can be rescued. Their stories are a screenshot of other girls who go through similar situations in this vast Mozambique.

Gender Links Mozambique is a national organization affiliated with Southern Africa Gender Links and works to promote gender equality and justice, in favor of a region where women and men participate equally in public and private life. In the development of its activities, Gender Links is guided by the Post 2015 SADC Protocol on Gender and Development, an instrument with 23 indicators, subdivided into 43 articles. The protocol is the combination of different commitments ratified by the member countries of SADC and, this protocol creates effective mechanisms and specific deadlines for its implementation.

In order for gender equality to be effective, Gender Links has been carrying out various activities at the country level, with emphasis on promoting gender mainstreaming in local governance through the Centers of Excellence program developed in partnership with 20 municipalities in the country. The Program of Centers of Excellence is made according to the 10 stages represented through the scheme below. The main objective of Centers of Excellence is to highlight the importance of gender equity for the well-being of the communities and of the Country as a whole within the local leadership and the woman herself.

The organization also has the Gender and Media Program - through which it seeks to sensitize the media to embrace the cause, promoting internal policies, sensitive to the issue of gender equity, including matters that promote equality and equity in their daily activities.

Lastly, Gender Links also looks at Gender and Justice issues, with the essence of the program being the promotion of empowerment of women and girls, through the following activities: Lobbying and Advocacy at Central level, namely, the Parliament, Ministry of Gender, Child and Social Action and the Ministry of State Administration and Public Function for the creation, ratification and enforcement of laws, international conventions and other instruments that promote the well-being of women and girls. Training of women victims of gender-based violence in matters of entrepreneurship for their self-support. Advocacy for the elimination of early child marriages and the promotion of Sexual and Reproductive Health Rights, with the different partners, among them the Government, community leaders, religious leaders, traditional leaders and civil society in general.

We hope that the stories in this book will serve as a lesson for our society as a whole, about the need and importance of girl protection.

Dra. Alice Banze,
Executive Director of Gender Links Mozambique

PREVENTION AND FIGHT AGAINST EARLY CHILD MARRIAGE AND CHILD PROTECTION

Children represents 54% (14,322,409) of the Mozambican population and their well-being is one of the country's top priority.

The commitment to the protection of the child is embodied in the Constitution of the Republic, which unequivocally safeguards the child's rights in article 47, and clearly enforces the adoption of instruments that promote and protect the rights of the child, the adoption of the Family Law, the Laws on the Promotion and Protection of the Rights of the Child, and the Prevention and Combat of trafficking of humans, especially of women and children.

Mozambique ratified the Convention on the Rights of the Child, the African Charter on the Rights and Welfare of the Child, the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, and other legislation on the rights of the child.

It is also worthy of note the implementation of actions under the Government's Five-Year Program and the National Plan of Action for Children (2013-2019), which improve children's access to their rights in health, nutrition, education, protection and participation.

Despite the progress made in protecting the child, Mozambique continues to experience high rates of early child marriages because, according to the 2011 Demographic and Health Survey (IDS), 14% of women between the ages of 20 and 24 married before the age of 15 years and 48% before the age of 18 years of age. Indeed, Mozambique is the tenth country with the highest prevalence of early child marriages in the world, seventh in Africa and second in Southern Africa after Malawi, with the Central and Northern Provinces of the country being the most affected.

Legislation

The Family Law sets the minimum age for marriage at 18 years of age. However, the same law provides that "a woman or man over the age of 16, on an exceptional basis, may enter into a marriage, when circumstances of recognized public and family interest occur and there is consent of the parents or legal representatives."

Activities under implementation

To fight against early child marriages, several actions have been carried out, of which we highlight the following:

- The launch of the National Campaign to Prevent and fight against early child Marriages by the Government in 2014. The Campaign actions are implemented with the participation of civil society organizations, religious institutions, traditional and community leaders, and children. The campaign is aligned with the African Union movement to end early child marriages;

- Approval of the National Strategy for Preventing and Combating early child Marriages for the period 2016-2019, by the Government, at the 42nd SOCM held on December 1, 2015;

- The Strategy defines the priority actions to be implemented by State institutions, civil society, private sector, non-governmental organizations and other actors in the areas of:

- 1- Communication and social mobilization;
- 2- Access to quality education and retention;
- 3- Empowerment of girls;
- 4- Sexual and reproductive health;
- 5- Mitigation / response and recovery; and
- 6- Reform of the legal political framework

- Awareness-raising activities for families, traditional leaders, communities and society in general to prevent early child marriages. For example, in 2015, the celebrations of the 1st and 16th of June were dedicated to the fight against early child marriages and the motto for these celebrations was: "Marry? Only after the age of 18 years".

- The provision of multiform assistance to about 900,000 vulnerable children and their families through the Basic Social Security programs implemented by the Government and actions of the various organizations as a way to prevent early child marriages.

Priorities

In order to prioritize the actions defined in the matrix of actions of the National Strategy for Preventing and Combating against early child marriages, the following activities were jointly identified by the Government and Civil Society Sectors: In order to prioritize the actions defined in the matrix of actions of the National Strategy for Preventing and Combating against early child marriages, the following activities were jointly identified by the Government and Civil Society Sectors:

4.1. Mobilization and Media

- Promoting the change in social practices that enable early child marriages of children of both sexes with a special focus on girls, with the involvement of traditional leaders, religious leaders, matrons of initiation rites, activists and other opinion makers.

4.2. Access to Education and Retention

- Promotion of the attendance and permanence of schoolchildren, especially girls, by adopting policies to that effect and reducing the specific limitations of young girls (sexual harassment, gender violence, pregnancy, menstruation, teachers' attitudes and institutional rules).

4.3. Empowerment of young girls

- Establishment of information sharing networks on the Rights of the Child and life skills for children of both sexes, with emphasis on girls.

4.4. Sexual and Reproductive Health

- Enhancement of sexual and reproductive health to prevent, mitigate and respond to early child marriage by increasing the availability of sexual and reproductive health services for young people and adolescents and maternal and child health services to mitigate health complications resulting from premature pregnancies;

4.5. Mitigation and Response

- Strengthening the identification and referencing of cases;

Increase in the number of families living in vulnerable situations who are assisted by the social assistance programs implemented by INAS;

4.6. Legal Policy Framework

- An analysis of the legal framework in order to identify the legal changes to be prioritized with the objective of fixing the minimum age for marriage at 18 years, without opening exceptions and criminalizing early child marriage with the imposition of decisive sanctions.

Challenges

- Continue to raise awareness among families and communities to change attitudes and eliminate harmful social practices.

- Empowerment of vulnerable families through Basic Social Security programs;

- Adoption of alternative means of protection of children through host families, guardianship and adoption;

Continue with action for the retention of children in schools, especially of girls;

Legal reform with emphasis on the Family Law establishing the age of marriage at 18 years without exceptions.

Diakonia for a just world, equal and free of poverty

Diakonia is a Swedish, Christian organization working for a just, equal and sustainable world, free of poverty, oppression, inequality and violence. Headquartered in Sweden, it operates in geographic areas and structures encompassing about 04 regional offices in Africa, Latin America, Asia and the Middle East / North Africa, national offices in 24 countries and operations in more than 30 countries. In the African region, Diakonia has its headquarters in Nairobi, Kenya. It operates in around 08 countries including Burkina Faso, Kenya, Mali, Mozambique, Democratic Republic of Congo, Uganda, Zambia and Zimbabwe. Diakonia's areas of intervention include Human Rights, Democracy, Gender Equality, Social and Economic Justice, Conflict and Justice, Emergency Response and Disaster Resilience, and consider gender, environment and conflict-sensitive areas as crosscutting areas. Diakonia is not an implementing organization, in order to achieve its vision and implementation of its mission, Diakonia works with national organizations challenging unjust social, political, cultural and economic structures that generate poverty, inequality, oppression that prevent people from living with dignity . At the heart of their work is the Strategy for Change and the Human Rights Approach as Diakonia believes that change happens when people are aware of their rights and come together to claim those rights before their respective power holders always based on a fair law and embodied in national and international instruments.

In Mozambique, Diakonia operates in three areas, Human Rights, Democracy and Gender Equality. Since 2010, it has implemented a subprogram called Reinforcement of Democracy and Human Rights in Mozambique, as an intermediary of the AGIR program - Actions for Inclusive and Responsible Governance, funded by the Embassies of Sweden and the Netherlands. Under the AGIR program, which is in its second phase (2015-2020), Diakonia operates in three distinct thematic areas, namely the Right to Inclusion and Equality; Right to Participation and Political Representation of Citizens (men and women) and Right of Access to accessible and Good Quality Public Services (Health including Sexual and Reproductive Health, Education and Justice) .

Diakonia believes that a vibrant and strong civil society is a driving force for change. This belief is based on the strengthening of capacity, namely Institutional Support, capacity building, financial and programmatic technical assistance. In the context of the implementation of the AGIR II Program in the different themes, and in pursuit of its global objectives, Diakonia supports Gender Links in the areas of human rights, democracy and gender equality: ensuring the realization of women's rights and fulfillment of human rights commitments including sexual and reproductive rights, promoting women's political participation, Good Governance, and combating gender-based violence. The partnership with Gender Links began in 2016 through the AGIR Program under other small grants for the project "Promoting Citizen Engagement in Local Governance". The project was implemented in 4 municipalities of Mozambique that are Gender Links strategic partners, namely: Namaacha, Mandlakazi, Mocuba and Mocímboa da Praia, for gender mainstreaming in Local Governance, in order to make Municipalities as Centers of Excellence on Gender and Development, inte-

gration of Gender Based Violence - GBV and Sexual and Reproductive Health - SRH. This project has achieved significant results: citizens environment, especially women and girls, in municipal decision-making processes by designing and reviewing the GBV Action Plans integrating SRH issues towards combating early child marriages; integration of women trained in community management and co-management committees; establishment of mechanisms for coordination and reporting of cases of domestic violence in the communities; awareness of parents and guardians about the importance of their participation in the active life of their children, through dialogue, as a way to avoid deviations in youth and early child marriages and the Office of Assistance to the Family and Minors Victims of Violence;

In 2017, Gender Links graduated as an Institutional Support partner due to the good performance in administrative, financial and programmatic management, as well as its relevance gender mainstreaming program in local governments through the Centers of Excellence, Women Empowerment and girls who are victims of domestic violence by encouraging entrepreneurship, implementation and monitoring of the SADC Protocol on Gender, as well as in identifying and reducing cases of girls in early child marriages.

For Diakonia, the empowerment of people living in poverty and marginalization, especially women and girls, is crucial to the development and it promotes qualitative participation in the processes as actors in their own right, challenging social, political, economic, cultural structures so that real and sustainable changes can be achieved.

The partnership with Gender Links is geared towards sustainable outcomes and focused on the intersectional approach and gender equality. However, we are aware of the different socio-cultural barriers that women and girls face from limited education, strong tradition and tradition of early girl-child marriage, high poverty, control of sexuality by the family and men with whom they marry, lack of knowledge of laws and legal mechanisms for the protection of children, among others. These socio-cultural factors motivate early child marriages and forced marriages and lead children who find themselves in forced marriages to live a cycle of poverty, see their schooling interrupted, at risk of suffering and abuse that may call into question their mental, psychic and physical health as well as restrict the development opportunities of this child of today and woman of tomorrow.

With the support of the Embassies of Sweden and the Netherlands, Diakonia encourages the promotion of changes regarding the inequalities present in Mozambican society and encourages the leadership of its partners in advocacy, research and social analysis around the themes of inclusion and equality of gender, human rights and democracy. This book on early child marriages is, on the one hand, a way for raising the awareness of the different social actors of the real consequences of today's girls and women of tomorrow and of the social, economic, cultural and political constraints that challenge their development. On the other hand, it is a sample of the concern of a greater part of Civil Society and State and social actors regarding early child marriages and recovery of the limited rights of the girls in situation of early child marriages.

PREFACE



The content of this book represents, an instrument of communication through which Gender Links exhaustively describes the commitment I assume, as the Wife of the President of the Republic, an inescapable challenge of the Government to the social scourge that affects many Mozambican families. In fact, early child marriages are a phenomenon that causes the rupture of the dreams of the lives of thousands and thousands of girls. The testimonies in this book show that early child marriages are one of the main causes that negatively affects the life of the girl in particular and the development of the country in general. Because girls face a higher probability of dropping out of school, early separation from their parents, infection with sexually transmitted diseases, including HIV and AIDS, domestic and sexual violence, child labour, maternal and child mortality, and premature pregnancy, which result in the contraction of obstetric fistula that exposes girls to discrimination and contempt by the family and society.

In an intrinsic way, the work focuses in rural areas as the epicenter of early child marriages and premature pregnancies, mostly motivated by sociocultural and economic factors, which in my view represent a major violation of human rights, resulting in violation based on gender and loss of opportunities in the area of education and enjoyment of good health in adolescence.

Culture and traditions are important to a people and to a community. However, when some practices within culture and tradition are harmful, they do not represent the principles and values of human dignity. Therefore, they should be reviewed. We recognize that the challenges to the elimination of these practices are still enormous, but we are pleased that the country is making some important progress in combating this social evil. Our Government is committed to the protection of the rights of children, girls and women victims of violence, abuse and sexual exploitation.

In addition to various strategies, action plans, laws and policies established by the Government through the Ministry of Gender, Child and Social Action, the Country through the implementation of the SADC Protocol on Gender and Development has been engaged in several fronts aimed at combating harmful social and cultural phenomenon. It is in this context that in 2006 the Ministry of Interior established specialized national police centers throughout the country to support children and women victims of violence, abuse and exploitation. These centers provide a safe space for victims to report incidents of sexual violence to the police and to be referred to social work, health and other related service providers. Also in the same effort, the Ministry of the Interior, in close collaboration with the Ministry of Gender, Children and Social Action, Ministry of Justice, Con-

stitutional and Religious Affairs, Ministry of Education and Human Development and the Ministry of Health, has established a multisectoral approach to prevent and respond to violence against children through the establishment of a referral system for assistance to the victims.

For these institutions to have room for action, we must review our social norms and break the culture of silence. The ties between police and social services should be strengthened and encouraged so that children and women who are victims of violence receive prioritized help and are sent to support services. It is also necessary to strengthen the network of services for children and institutions that are oriented to protect them.

The testimonies present in this book lead us to a deep reflection and at the same time inspire us to redouble our efforts so that we urgently find answers that can eradicate this evil, which does not dignify the Mozambican family. Go Ahead Mozambique, in the implementation of the SADC Protocol on Gender and Development Post 2015, Go ahead the fight against early child marriages and the promotion of Sexual and Reproductive Health.

Dra. Isaura Ferrão Nyusi

Wife of the President of the Republic of Mozambique



Legal Framework

Since December 2015, Mozambique has a National Strategy (2016 - 2019) for Preventing and Combating early child Marriages which is based on the 2004 Constitution, that emphasizes equal rights between women and men, and in the Universal Declaration of Human Rights (1948) which, in article 2, recognizes that everyone, regardless of his or her race, colour, gender, language or religion, has all the rights and freedoms proclaimed in the Declaration

In Mozambique, the age for marriage is 18 years. However, the Family Law defines that, on an exceptional basis, “a woman or man over the age of sixteen may enter into marriage, when there are circumstances of recognized public and family interest and with the consent of the parents or legal representatives.”

At the international level, the Universal Declaration of Human Rights, “free and full” consent cannot be recognized if one of the parties involved is not mature enough to make an informed decision about the partner. In the same vein, Article 16 (2) of the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women states that “the promise of marriage and the marriage of children shall have no legal effect and shall take all necessary measures, including provisions shall be taken in order to establish a minimum age for marriage.”

Article 21 of the African Charter on the Rights and Welfare of the Child stipulates that signatory states must take specific legal measures to eliminate early child marriages and the promise of marriage to girls and boys under 18 years of age.

Other international instruments relating to early child marriage include the Convention on Consent for Marriage, Minimum Age for Marriage, Marriage Registration and the Protocol to the African Charter on Human and Peoples’ Rights on the Rights of Women in Africa.

Early Child Marriages: Social Practices and Traditions in the origin of Evil

Mozambique is one of the countries with high prevalence rates of premature marriages in the world. Data from the United Nations Children's Fund (UNICEF) indicate that the country is in 10th place among the countries most affected by the phenomenon, worldwide. According to the 2011 Demographic and Health Survey, at least 48 percent of girls aged 20-24 years old married before age 18, while 14 percent of them married before they turned 15.

Early child marriages, mostly motivated by socio-cultural and economic factors, are a major violation of human rights and result in gender-based violence, reproductive health problems and loss of opportunities, lack of empowerment of female children and women.

According to data from the IDS 2011, the province of Niassa registers 24 percent of women between 20 and 24 years of age married before the age of 15, followed by Zambézia, Sofala and Nampula with 71 percent each. Regarding marriages before 18 years, Nampula registers 62 percent, Cabo Delgado 61 percent, Manica 60 percent and Niassa 59 percent. The girls' parents or close relatives formalized the marriages that resulted in early pregnancies as an immediate consequence.

The book brings us some life stories about the reality or experiences lived in the districts of Sussundenga and Vanduzi, in the Province of Manica.



Cubatira: A harmful practice

Cubatira or mabatiro, “to Reserve” in the local language, is a customary practice that is observed in the community of Mariondo, Vanduzi District, Manica Province. Cubatira consists in the reservation of a very young girl or even an unborn baby girl for marriage.

Our team did not have to walk much in the community of Mariondo, with a little more than 1000 inhabitants, to find cases of cubatira. Inês Lucas is 16 years old, lives in the community of Mariondo, Matsinho in Vanduzi, Manica Province. The girl interrupted school in 2015, when she was at grade two and she says that she has been reserved, since 2016, for a man who she does not know his age. The future husband paid 110 meticaís and a capulana. Because it is a commitment value, she had the right to use the money but the capulana was given to her grandmother. As soon as they conclude the ceremonies required for marriage, another amount of money and goods will be given to her grandmother.

Inês is not sure of her age, since all documents relating to her identity were burnt during a fire. The girl guarantees that she only met the groom the very day he came to make the commitment. At that time, they were given a few minutes to get to know each other. The girl says that the future husband assured her that in 2018 she could return to school, although she does not believe him.

Inês only knows that her future husband is an artisan, who is dedicated to the production and sale of mats. Ines is one of three Granddaughters who live with her grandmother since she was a child. a negotiation between the two grandmothers was enough to make the reservation. it was later formalized with the delivery of 110.00 Mts and a capulana. Inês cannot undo her reservation even if she intends to give another direction to her life.



Once formalized, the reservation cannot be undone



Lene Saene, Inês Lucas' grandmother, takes care of 4 grandchildren: 3 granddaughters and a grandson who lost their parents from an unknown disease.

The grandmother says that for the reservation of her granddaughter, the future husband had to deliver 110.00 MZN. Traditionally this is called "Mhpete" which means earing in English. According to grandmother Lene, Inês future husband can take his future wife anytime he wishes, because the family has already made the guarantee.

Lene said that this type of practice is normal in the community of Mariondo, because the reservation is made to younger girls. The grandmother explains that younger age is when the girl has not started the menstrual period or she still has no breasts. It is a way to make sure the girl is not married to another man.

There are three modalities for the reservation: one can happen after the two meet in the street; another may be due to the fact that the applicant is fond of her or the family, and another when the applicant's family likes the girl or her family because they have good education or good social status.

The same reservation can be made directly by the applicant or his relatives, simply by delivering

some monetary value and some type of cloth known as “capulana”.

If the girl is very young, the future husband leaves her in her parents’ home until she grows up and reaches the age of majority, but he can also take her to his parents’ home where she can grow up while learning to take care of the home through her in-laws.

In the case of Ines, grandmother Lene does not know if the two already knew each other or even knows his age. However, she knows that he is an adult who dedicates himself to artisanship, producing mats for sale in Matsinho and in the city of Chimoio. Every month, the future husband, who she does not even know the name, gives Inês half a bar of soap, a mat and a capulana as a way to support her.

When questioned about what might happen to the goods she receives from her future son-in-law if the marriage does not materialize, Lene Saene says she does not know, preferring to leave everything to the future. If someone comes wanting to give another course to Inês in the condition of undoing the reservation made, Grandma Lene says she cannot accept because she lives by local customs and because it would mean breach of commitment with the other family. That is, “what is done is done”. The compromise may be undone if one of them commits a failure. Other than that, you should not undo the commitment. Furthermore, grandmother Lene says that since Inês was committed in 2016, she has already received many goods from the man; therefore, she cannot undo her family’s commitment overnight. That would harm her family image in the community.

When asked about future payments that are necessary for the future husband to have his wife, Ines’ grandmother says that lobolo will be charged as soon as the girl has children with him. Otherwise, the value may be half and therefore he can choose whether to continue with her or not. If she has children, the amount to be charged may vary from 2 to 3 thousand meticaís.



As duas irmãs da Inês que poderão ser vítimas de cubatira

Massunguiro: The main cause for premature marriages in Mariondo



Casamentos prematuros comprometem futuro de milhares de raparigas

Pedro Manani Najapi, a native and resident of Mariondo, is the father of 13 children, 8 of whom he had with his first wife and the remaining 5 with his newest wife. He is someone who knows the local culture very well, including the customary practices of his community such as the Cubatira practice.

Najapi says that if someone appreciates a girl, he sends his godfather or one of his relatives to the girl's family to see if she is still available, that is, if someone has made a commitment or not. Usually this enquiry is done by asking the neighbours and other close relatives and even the girl herself and only then, the intention is communicated to the girl's parents. If she is of acceptable age, the parents let the family members talk privately with the girl to see if she accepts the engagement. It is then that she also receives additional information from her future husband if they do not know each other yet.

If she agrees, she receives some Money (from 2 Meticals onwards) and a capulana, a symbol of his commitment, which she presents to her parents. These goods symbolize that their daughter "is already occupied". At that time, according to our source, the age, Physical aspect of the future husband is not evaluated. The character of his family is the most relevant aspect that counts, since this is also the principle that most often influences the choice of a girl.

In fact, Mr. Najapi says that the Cubatira is not always the responsibility of the boy himself, since it can be done by the family members who are motivated by the level of education (respect) and the reputation that the family enjoys in the community, including that of the girl herself.

There are cases where the reservation is made while the future wife is still a baby. when asked if in these situations there is no risk that the bride might later refuse her future husband, for several factors, including age, beauty and others, Pedro Najapi states that this fact does not come into question, because what prevails is the will of the parents "when parents like the man, she does not have to like or not, she is forced to accept and marry him."

In relation to the procedures necessary to formalize the union between two people, regardless of their age, the interviewee states that after reservation there is the presentation and formalization of the union. It is at this moment that a meaningful value of Mphete is demanded (meaning alliance or home security, translating into commitment to the home and without betrayal). The same is accompanied by one or two boxes of beer, soft drinks, a bag of rice, oil, bread, among other goods that must be wrapped in capulanas. Then the Massunguiro is paid, which is a relatively higher value that is the value related to virginity. The family of the boy only pays this value after the first sexual intercourse that is witnessed. Otherwise, this amount is not paid. This fact is what compels many parents to marry their daughters as early as possible, fearing that their daughter may lose her virginity before the Massunguiro. The massunguiro starts at 1000,00 MZN onwards.

About the majority of a girl, Pedro Najapi says that in his community, it is counted from the first menstrual period, regardless of her age. As soon as a reserved girl reaches this stage, the applicant is immediately summoned and obliged to perform the respective ceremony as previously mentioned, which includes the payment of the Mphete, among other payments and then take his wife home, where she must performs all the duties of a wife

Forced to marry after sexual violence



Cubatira is a practice that worries community leaders who have seen their awareness campaigns against premature marriages fail. However it is not only the mabatiro that contributes to the occurrence of this phenomenon in Mariondo, the distance separating the community and the district capital of Vanduzi, where the children must go to attend the 6th grade onwards is another factor, because the local Primary School teaches only up to 5th grade.

Mida, a 14-year-old girl, is just one example of a girl who went to the capital of Vanduzi district to continue her studies. There a boy who was still at the 5th grade in Mariondo managed to deceive her and had sex with her. Mida dropped out of school when she was at 6th grade.

Mida is now “reserved” to her rapist because the boy raped her and made her lose her virginity when she was in Vanduzi Village to study. As such, the rapist (a domestic servant), when summoned by Mida’s family, accepted the act, and he handed 100,00 Meticals and a capulana, symbolizing his commitment. At the date of this interview (September 2017), the relatives of the young man who were in Tete were expected to arrive to perform the next steps and take her to his home. However, it is not known whether the boy’s relatives did not make another reservation with another girl in Tete, since the cubatira practice also occurs in some points of that province



My wish is to see my daughter finish grade 12

Anita Felix is Mida's mother and confirms that her daughter interrupted her studies because of her commitment to marry a young domestic servant, whose age is unknown. She also confirms that she received 100,00 Meticals and a capulana. She is now waiting for the boy's parents to decide when to take Mida to start her life as a wife. Her biggest fear is that his family may have already made some commitment to another girl in Changara, Tete. What makes Dona Anita sadder is the fact that the two are very young and still at primary school. Mida's mother wanted her daughter to finish grade 12 and then attend a professional technical school.

"It's a pity that this happened because she was raped. They are both minors, they do not have the age to run a home, they are not mature, I would like them to study and later find work, but social and cultural norms have to be respected ..."

Mariondo asks for a secondary school

However, another factor that worries that community leader is that the Mariondo community has only one elementary school that teaches up to the 5th grade. This forces students to go to the District of Vandúzi to continue their studies from the sixth grade “there are girls who reach the 6th grade when they are very young, with 11/12 years of age, and with that age they are forced to live alone in Vanduzi, without parental control. Just imagine what can happen.”

Horácio Denja adds that for the pursuit of their children's studies, Mariondo's parents are obliged to rent houses or even acquire a plot of land and build a house for the children in the village of Vanduzi about ten kilometers from Mariondo. “Alone with no one to control, they are exposed to all risks such as access to adult movies, deceit by adult males for sexual intercourse” many of these sexual relationships culminate in early pregnancy. Because of the local custom that the man who makes a girl lose her virginity, must marry her, there are many early child marriages in Mariondo, the source said.

This community leader warns that cases of girls leaving school in Vanduzi due to pregnancy, loss of virginity and, consequently, forced marriage, exist in large numbers in the community, and therefore he asks the government authorities to extend the level of education taught in Mariondo in order to minimize the phenomenon.



An example to follow



58

Anatalia Roberto Jone is a 16-year-old girl who attends the 10th grade at the Armando Emilio Guebuza Secondary School in Catandica Village, Barué District, and northern Manica Province. Her story is like that of many other Mozambican girls where family members, neighbours and acquaintances, lure girls into marrying too early or even be “raped”.

According to her account, a trustworthy woman who she considered her second mother encouraged her to know a much older man. According to Anatalia, the woman, who she did not want to identify, told her that the man had all the economic conditions including a car. The woman told her that that man would take care of her and help her family alleviate the suffering they were living, since the time her father died three years ago.

Because Anatalia was aware of what her mother always advised her at home, she refused in spite of the pressure and insistence of the woman, friend of the family, until she finally met the man, but she refused to marry because she wanted to study, and get a job to support her family. However, the information of the enticement reached Mrs. Jenny Pita Matono, Anatalia’s mother. Mrs. Matono, who knew her rights, filed a complaint at the police in the office for victims of domestic violence.

Anatalia’s mother asked the authorities to neutralize the two accused individuals, who were taken to the police. One is an older man, divorced, father, and resident in the province of Tete. However, Anatalia’s mother chose to forgive both the woman who enticed the girl and her accomplice, on the condition that they would never again commit the same crime with Anatalia or any other girl. With that the authorities closed the case.

Anatalia Roberto Jone’s mother is considered as a very strong mother. At her own initiative, she

was able to acquire a plot of land where she started to build a bricks house in the Sanhanthunzi neighborhood. The idea of the lady, who has been a widow since 2001, is to put her three daughters (one in the 12th grade, the other in the tenth and the third in the ninth grade) next to the secondary school (since they come from the Choa), so that as soon as they finish they can continue with vocational training and then get a job that guarantees their livelihood. In this process, it was fundamental the intervention of the Social Action sector of the District of Barue, which supported in supplying some construction materials to help erect the T1 house.

Anatalia's mother appeals to all mothers and fathers to let their daughters continue to study, even if they are living in poor conditions or even if the girls have been subjected to rape, because education is the only way to guarantee their future and of their families.



Jenny e suas tres filhas

From marriage promise to abandoned mother



Cases of girls deceived by men with a promise of marriage are known throughout the province of Manica. Ruth Albino Chimoio, a 16-year-old resident of Munchinga, Sussundenga district, went through a similar situation when she attended 9th grade in 2016. A 26-year-old student, promising to marry her, seduced her.

Since she returned to her parents' house, Ruth did not see the father of the child again. He did not even take paternity of the baby. Ruth takes care of the baby alone.

"She regrets her situation and intends to resume her studies. She now sees the seriousness of her mistake because she did not follow the example of her older sisters who finished their education and today they are employed," said the girl's father, Albino Chimoio.

Meanwhile, Ruth's mother has to take care of her youngest son and a grandson. The proverb "a child does not care of another child" is a fact to this family. "I almost take care of my grandchild, I do not sleep at night because I have to nurse my child and at the same time take care of my grandson who cries a lot," said Mrs. Azélia Naene, Ruth's mother. Cases of girls deceived by men with a promise of marriage are known throughout the province of Manica. Ruth Albino Chimoio, a 16-year-old resident of Munchinga, Sussundenga district, went through a similar situation when she attended 9th grade in 2016. A 26-year-old student, promising to marry her, tricked her.

Since she returned to her parents' house, Ruth has not seen the father of the child again. He did not even take paternity of the baby. Ruth takes care of the baby alone.

"She regrets her situation and intends to resume her studies. She now sees the seriousness of her mistake because she did not follow the example of her older sisters who finished their education and today they are employed," said the girl's father, Albino Chimoio.

Meanwhile, Ruth's mother has to take care of her youngest son and a grandson. The proverb "a child does not care of another child" is a fact to this family. "I almost take care of my grandchild, I do not sleep at night because I have to nurse my child and at the same time take care of my grandson who cries a lot," said Mrs. Azélia Naene, Ruth's mother.

A Non-traditional decision saved Letwin Leonardo Secreta

Letwin Leonardo was 14 years old in 2017. She was born and raised in Barauro, Administrative Post of Choa, in the District of Bárue, northern region of the province of Manica. The sad story of Letwin begins when she finished the seventh grade in 2016. Because in her community there is no secondary school unit, she was sent to Vila de Catandica to continue his studies.

However, soon in the early months of 2017, Letwin got sick; she had stomachaches that did not pass. Therefore, she did not attend school for about three consecutive months. Thus, the girl was forced to return to Barauro 1.

While recovering from pain, Letwin was sent by his mother to her grandmother's house in Barauro 2, which is a few kilometers from Barauro 1 to stay with her grandmother because Letwin's uncle who lived with his grandmother had suffered a motorcycle accident.

As a son-in-law, Letwin's father was forced to accompany his brother-in-law to the city of Chimoio to receive specialized medical care at the Provincial Hospital. They were there about 30 days. It was during this period that a group of 4 individuals kidnapped Letwin from her grandparents' house when she was alone. It was taken to the border between Mozambique and Zimbabwe, in a mountainous area and far from her house.



Alone in front of four men, she was raped by one of the abductors, a 45-year-old Zimbabwean, while the others held her. Letwin says that this act was the result of many attempts to conquer her. The abductor had even tried to seduce her by giving her money in exchange for sex, but the girl always refused and told her mother and grandmother.

When she returned home, with the support of people from the community, she Letwin told her mother what had happened to her. The rapist's relatives took her to their home and treated her as their daughter-in-law. There she refused to eat in spite of the good treatment that she received. Letwin's parents took her to the health center where she did many exams including HIV and she was medicated. The doctor's recommendation, according to the mother, was to return three months later for further exams to see if she did not get any transmissible diseases.

Local leaders solved the case at the community in the absence of the true rapist; only the other three were present. In response to apologies and advice from the leaderships, Mr. Leonardo Secreta accepted a payment of a fine of sixty thousand Meticals for moral damages, at the rate of twenty thousand from each of the accomplices, since the true violator had disappeared.

They also decided to hand the girl to the rapist's family. Letwin's parents did not accept. They preferred to stay with their daughter so that she could continue with her studies. Many people in Barauro praised this attitude.

"You see, if I had agreed to hand my daughter over to a thug like this, who is a fugitive, about 45 years old, how would my daughter be? It would be the same as selling her or killing her .." concluded Leonardo Secret.

The support of the community of Barauro and Letwin's parents was fundamental for Letwin. Letwin has never reported any situation of discrimination in her community.

Sara Matias, Letwin's mother, says that it is not easy to live with the idea of having a daughter who was raped before the start of her menstrual period, but because the family is united and the other members of the community gave their support, helped in overcoming what happened.

It is important to mention that in Barauro there are community awareness activities to combat the phenomena of kidnapping and trafficking in human beings, early child marriages, rape, early pregnancy and other hardships. Local community committees and children's groups, as well as schools, Save the Children, an international organization and Gender Links conduct these awareness activities.



LeMusica builds the future for hundreds of girls



LeMusica, an acronym that stands for Raise Women and Follow Your Path, is a non-governmental organization based in the city of Chimoio, Manica province, which provides integrated care for children who are victims of various abuses and vulnerabilities. In its care and shelter center, located in the new village neighborhood in Chimoio, children in difficult situation and vulnerability are cared for until adulthood. “We care for several children, some already in higher education, and others in the job market and/or in their homes.

Dália Mahumane, of LeMusica, explained that in the list of girls who passed through the organization is Cídia, who is currently attending a law course at the Catholic University of Mozambique (UCM). Cídia did the secondary and high school while under the care of LeMusica. Eunencia is another girl, now a woman who grew up in this organization. Eunência who is now married and a mother of two girls, she is finishing higher education in the course of environmental management. Eunência has been supporting the LeMusica pre-school, where orphaned and vulnerable children are taken care of.



Sexually abused by her uncle

“Maria Mateus”, 11 years old, has also been at LeMusica since 2014. An uncle took her from her mother’s house shortly after her father’s death with the promise of providing her with better conditions of study and life, to alleviate the situation of poverty that the mother was in. Instead of taking care of her, Mr. Samuel, the uncle, sexually violated her. “He would drink and send his wife away from home, and then he would come into my room and order me to remove my clothes, threatening to kill me”.

Tired of abuse, the young girl sought help from a neighbour who advised her to report the case to the local authorities. “I went to complain to uncle Samora who took me to his house and then took me to the hospital. He also alerted the police who took my uncle to the police station.

Cecilia Ernesto, a social worker at LeMusica, said, “Maria has been in this organization since 2014 to receive integrated care because she also contracted the HIV virus.” “There was a trial of this case in 2015, but before the judge, we tried to find out from the supposed uncle if “Maria” had other relatives, since we wanted to reintegrate her into her family, but Mr. Samuel declined to indicate other relatives of the girl, he was the only relative, he said.

LeMusica did not stop there, along with Mr. Samora, as Community Leader, we continued to look for the relatives. So far, we have not been able to locate them. However, this year, Maria said that she remembered of her relatives in Inchope, Manica province, and we are organizing a trip there, in an attempt to locate the girl’s relatives. Maria is currently attending the 4th grade.

Early Child Marriages are a big concern to Save the Children Ana Dulce Guizado, Save the Children program Director

Ana Dulce Guizado, Provincial director of programs at Save the Children for the provinces of Manica and Sofala, says that early child marriages is a practice that hinders the child from attaining her rights. This is a big concern for Save the Children, an organization that works towards the defense of children's rights. "The fight against early child marriages is one of our top priorities", she says and highlights the fact that Save the Children has been assisting the girls who have already been victims of abuse in order to overcome the trauma and be able to face life.

Ana Dulce says that Save the Children is a partner of gender Links and has been working in the field of prevention, incentivizing the communities to avoid early child marriages.

Save the Children is a non-government organization that works towards the defense of children's rights



There is change of attitudes



Joana Guinda, Administrator of Sussundenga

Every parents should have the awareness to prioritize the education of their children, irrespective to sex, and disregard the money, 1,000.00 Meticais; they would get from the “Massunguiro” tradition if their daughters married early.

Joana Guinda, Administrator of Sussundenga, says that the “Massunguiro” is only paid once, but a trained daughter would guarantee financial and other support to her parents throughout her life. For the Administrator, the life stories narrated in this book show that, in spite of the huge challenges ahead to eradicate early child marriages and pregnancies, there is some noticeable change of attitude from the parents concerning some practices that violate the human rights of girls in particular.

Fight against Early girl Marriages The First Lady in the Frontline



The work of Gender Links and other national civil society organizations has been instrumental in establishing mechanisms to promote women's participation in the life of the country. In the course of its activities, Gender Links works in partnership with 20 of the 53 Municipalities in Mozambique, mainly in promoting the integration of gender in local governance, through Centers of Excellence. According to the President of the Municipal Council of the City of Chimoio, Raul Conde Adriano, it is imperative that there be a gender balance in the key sectors of the Municipalities, which means creating the conditions for effective female participation.

Gender Links largest strategic partnership is with the Office of the Wife of the President of the Republic, which is at the forefront of gender advocacy in the country. The Wife of the President of the Republic of Mozambique, Dr. Isaura Nyusi, launched in 2017, in the northern province of Cabo Delgado, the project to combat early girl child marriages.

On the occasion, the country's First Lady said that the project represents the confirmation of the commitment of efforts in the promotion of the rights of the child, in particular the fight against early girl child marriages and pregnancies.

The wife of the Head of State reiterated that the project she launched, is part of a series of initiatives of the First Lady office, in an effort to eliminate the practice of early child marriages in the country. The project, which is country wide in scope, will last for 3 years and has as its motto, "The Girl Free from Early Marriages".

According to the First Lady, it is the overall objective of the project to increase society's awareness of what should be done to prevent this hardship, with a focus on early pregnancy and neonatal

maternal mortality. The project also aims at ensuring a higher level of knowledge, attitudes and good practices.

Considering that, early child marriages constitute a violation of human rights and of the child in particular, with serious consequences for the child's development, the Wife of the Head of State presented some actions carried out by her Office, aimed at preventing and combating this harmful practice, of which she highlighted:

- Adoption of legislation that protects the child;

Ratification of regional and international instruments on the rights of children and women;

- The country's accession to the African Union's campaign to prevent and combat early child marriages;

- Raising awareness among families, religious and traditional leaders, and society to change behaviour and attitude;

- The provision of multiform assistance to vulnerable children and their families through basic social security programs;

- The implementation of sexual and reproductive health programs and the promotion of girls' education, including the award of scholarships.

"These are some of the actions that we have undertaken, despite several challenges such as the need to effectively implement the national strategy to combat early child marriages, legal reform with emphasis on the Family Law, establishing the age of 18 as the minimum age for marriage without exceptions".

Challenges pointed out by the Wife of the Head of State are the need to raise the awareness of families and communities, to protect children from early child marriages and other harmful practices. The expansion of basic social security programs and other actions aimed at reducing the vulnerability of families, as well as the continuation of actions for the access and retention of girls in school and the implementation of assistance and rehabilitation actions for children victim of early child marriages.

It should be noted that Gender Links Mozambique is affiliated to the Regional Gender Links and is guided through the Post 2015 SADC protocol on gender and development, an instrument that has 23 indicators which in turn are divided into 43 articles. These are a series of commitments made by the member States of the Southern African Region. These commitments set up the effective mechanisms and specific deadlines for their implementation.

Annually, Gender Links, together with SADC member States, has developed a barometer, which is an instrument for measuring compliance with the Protocol, revised and signed by the Heads of States, including the Mozambican Head of State, Filipe Nyusi, during the thirty-seventh Summit in 2016 in Mbabane, Swaziland.

Early child marriages

Early child marriages is a phenomenon that has been destroying lives and dreams of thousands of women and of girls in particular. To eradicate this hardship, all social actors need to gather efforts and actions.

Gender Links, as part of its mission, has documented life stories of girls in the province of Manica as a way of giving voice to many girls who are affected by this social phenomenon.

With this documentary, we bring our contribution in the fight against this evil practice to our society.

Gender Links believes that this is the way that will drive to change of attitudes, and cultural habits that contribute to the increase of this social phenomenon.

COORDENAÇÃO:  **Diakonia**
People Change the World



APOIO:

